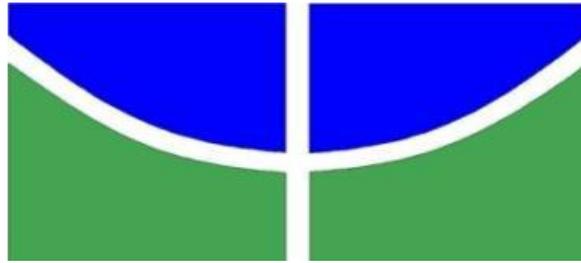


**Universidade de Brasília-UnB**  
**Instituto de Ciências Humanas-IH**  
**Departamento de Serviço Social-SER**  
**Curso de Graduação em Serviço Social**

**Políticas Públicas para a População em Situação de Rua na Política de Assistência Social e na Política de Saúde: Uma análise sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua do Distrito Federal.**

**BÁRBARA XAVIER ESTEVES**

**BRASÍLIA**  
**2014**



**Universidade de Brasília-UnB**  
**Instituto de Ciências Humanas-IH**  
**Departamento de Serviço Social-SER**  
**Curso de Graduação em Serviço Social**

**BÁRBARA XAVIER ESTEVES**

**Políticas Públicas para a População em Situação de Rua na Política de Assistência Social e na Política de Saúde:** Uma análise sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua do Distrito Federal.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de bacharelado em Serviço Social, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dra. Karen Santana de Almeida Vieira.

**BRASÍLIA  
2014**

Monografia submetida ao corpo docente do departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Karen Santana de Almeida Vieira (SER/UnB)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Priscilla Maia de Andrade (Membro interno do SER - UnB)

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Jamila Zgiet Rodrigues Santos  
(Membro interno do SER - UnB)

BRASÍLIA 2014

*Dedico à minha mãe Elsia Xavier Esteves e ao meu pai Francisco dos Santos Esteves,  
sem vocês nada disso seria possível.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a realização desse trabalho, primeiramente a Deus que, a partir do que eu creio me dá paz e força pra alcançar meus objetivos.

Agradeço também à minha mãe Elsia Xavier, por todo o apoio, amor e carinho que incondicionalmente me dá, por ser sempre uma guerreira ajudando a todos no que pode.

Agradeço às minhas irmãs Ana Carolina e Lorena que me ajudaram nessa caminhada e ao meu pai Francisco Esteves que sempre me apoiou em tudo que precisei, eu os amo de coração.

Quero agradecer também às minhas amigas de curso: Ana Gabriele, Laiane Carolina, Maria Paula e Rayanne Cristina, que sempre estiveram comigo nessa jornada e compartilharam momentos incríveis, tanto na alegria como na tristeza (#joaninhas).

E também agradeço aos amigos Juliana, Carol, Caio, Rivânia, Giulliana, e Denise que estão presentes na minha vida e participaram de todo o drama envolvendo o tcc.

À professora Karen Almeida, que me orientou da melhor forma, me deu suporte em tudo que precisei, e mesmo essa não sendo sua área de atuação específica sempre foi solícita e amiga em tudo que precisei.

À assistente social que se disponibilizou e colaborou com o meu tcc.

Enfim a todos que de alguma forma participaram dessa minha jornada acadêmica na UnB, obrigada.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

Albercon – Albergue Conviver

CADUNICO– Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CENTRO Pop– Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua.

CIBs – Comissões Intergestores Bipartite

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

DF – Distrito Federal

ESF-Sem Domicílio– Programa Estratégia da Saúde da Família Sem Domicílio

IBRASE– Instituto Brasileiro de Estudos da Economia Regional

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS– Ministério do Desenvolvimento social

NOB – Norma Operacional Básica

PNAS–Política Nacional de Assistência Social

Pronatec– Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSE–Proteção Social Especial

PSB–Proteção Social Básica

SEDEST – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda

SINE–Sistema Nacional de Emprego

SDH– Secretaria de Direitos Humanos

SUAS–Sistema Único de Assistência Social

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO– Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo mapear e analisar a política de assistência social brasileira voltada para a população em situação de rua que vem sendo implementada no âmbito tanto Nacional quanto do Distrito Federal, e co-relacionando-a com o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, Centro Pop. O objetivo geral visa a analisar como essa instituição atua na implementação dessas políticas para população em situação de rua a partir dos serviços oferecidos a essa população. A metodologia da pesquisa envolveu tanto pesquisa bibliográfica e documental a partir da análise qualitativa quanto também foi necessário realizar uma entrevista de esclarecimento com uma das assistentes sociais que trabalhava no referido Centro Pop. Os resultados de forma geral foi possível inferir a necessidade de maior investimento público para a ampliação de políticas sociais que atendam essa demanda específica; e que no caso das políticas sociais já existentes seus usuários possam ter, de fato, o acesso à essas políticas assegurados e garantidos, pois, os serviços ora existentes ainda são insuficientes e precarizados. Assim as políticas sociais não se materializam ainda de maneira efetiva e a população em situação de rua fica vivenciando uma situação de violação de direitos básicos à vida humana.

**Palavras-Chave:** Políticas Sociais, Centro Pop, População em Situação de Rua, Questão Social, Política de Assistência Social.

## **ABSTRACT**

This study aimed to map and analyze the Brazilian social assistance policy toward the people on the streets that is being implemented at both the National as the Federal District, and co-relating it to the Specialized Reference Center for the People in Homeless, Pop Centre. The overall objective aims to analyze how this institution operates in the implementation of these policies to people on the streets from the services offered to this population. The research methodology involved both bibliographic and documentary research from the qualitative analysis as was also necessary to make a clarification interview with one of the social workers who worked in that Pop Center. The results in general was possible to infer the need for greater public investment for the expansion of social policies that meet this demand specifics; and in the case of social policies existing its members may have, in fact, access to these secured and guaranteed policies, therefore, the services now existing are still insufficient and precarious. So social policies not yet materialized effectively and the people on the streets is experiencing a situation of violation of basic rights to human life.

**Keywords:** Social Politics, Pop Centre, in Homeless Population, Social Issues, Social Welfare Policy.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1. ....	18
1.1 As causas da Situação de Rua e como se reflete no papel das Políticas para População em Situação de Rua.....	19
1.2 Políticas Sociais e os Direitos da População em Situação de Rua .....	25
CAPÍTULO 2. ....	27
2.1 Políticas Sociais na Assistência Social.....	28
2.2 Política Nacional Para a População em Situação de Rua .....	34
CAPÍTULO 3. ....	39
3.1 A gênese das populações de Rua no Distrito Federal.....	40
3.2 A Rede de Serviços para a População em Situação de Rua no DF. ....	44
3.3 Análise dos dados do Centro Pop. ....	47
3.3.1 O Centro Pop e a Percepção da Assistente Social entrevistada sobre essa Política. ....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	61
ANEXO 1 .....	68
ANEXO 2 .....	71
ANEXO 3 .....	72

## INTRODUÇÃO

O presente estudo caracteriza-se como Trabalho de Conclusão de Curso para Graduação no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) e aborda o tema das políticas sociais voltadas para população em situação de rua em âmbito nacional, e de modo específico as implementadas no Distrito Federal.

Neste sentido, o objetivo central dessa pesquisa é mapear e analisar quais são as políticas de assistência social voltadas para a população em situação de rua no Brasil, e fazer uma relação com aquelas que vem sendo implementadas no Distrito Federal, tomando por base as pesquisas feitas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome juntamente com outros documentos e/ou legislações que se fizerem necessários, buscando sua relação com as políticas adotadas pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

A relevância do tema pesquisado se dá pela conjuntura do Brasil na atualidade, pois a população em situação de rua é uma expressão da Questão Social<sup>1</sup>. Segundo Yamamoto a Questão Social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO,1999:27)

Por isso as políticas voltadas para essa parcela da população precisam ser vistas como um direito para qualquer cidadão que dela necessitar, e não apenas um benefício de cunho puramente caritativo. Sendo assim essas políticas e os recursos que são destinados a elas precisam ser aplicados e geridos de maneira abrangente, levando-se em consideração a totalidade da questão em que os usuários se encontram, e suas histórias de vida.

Para Costa (1987), o conceito de pobreza está relacionado às condições de uma determinada sociedade, as atividades desenvolvidas e necessidades que ela necessita, como pode ser observado na citação transcrita abaixo:

---

<sup>1</sup> De acordo do Yamamoto (2001) a *Questão Social produzida e reproduzida ampliadamente*, tem sido vista, na perspectiva sociológica, enquanto disfunção ou ameaça, à ordem e à coesão social. É apresentada como uma “nova questão social”, resultante da inadaptação dos antigos métodos de gestão social, produto da crise do Estado Providência. Dessa maneira, as respostas à questão social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de “combate à pobreza e à exclusão social”.

Uma vez compreendido que a pobreza só existe em relação a uma sociedade determinada, percebe-se que ela está vinculada às formas de distribuição dos bens sociais e à participação dos membros de uma sociedade nas atividades por ela valorizadas e às quais eles aspiram. A distribuição desigual desses bens é que em última instância configura a pobreza. Assim, podemos afirmar que a pobreza, entendida desse modo, muito embora se faça presente em todas as épocas e nas mais diversas sociedades, jamais alcançou a proporção em que se apresenta na sociedade industrial. Antes da sociedade industrial, nunca se conheceu tão vasta quantidade de bens em circulação ao lado de tão desigual distribuição. (COSTA,1987:215)

Situação de rua pode estar ligada a pobreza, Pereira (2009) traz o conceito de Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa. A Pobreza Relativa trata de necessidades identificadas por comparação com o padrão de desenvolvimento e com o modo de vida de uma dada sociedade, por exemplo, a questão renda *per capita* e indicadores de níveis sociais; (...) “Pobreza Relativa contém forte componente subjetivo e ideológico e utiliza argumentos muitas vezes arbitrários para determinar quem são os pobres”. Já a Pobreza Absoluta está diretamente associada à ideia de sobrevivência biológica, isto é, de satisfação dos mínimos sociais necessários para a sobrevivência e dignidade humana.

Ademais, ainda, de acordo com Pereira (2009) existem duas qualificações conceituais que são utilizadas equivocadamente como sinônimo de pobreza, que são Desigualdade Social e Exclusão social. Para Pereira (2009), pode-se ter desigualdade sem ter pobreza, no sentido de pobreza relativa, pois se refere à relação de pobreza e distribuição da riqueza socialmente produzida.

Enquanto houver desigualdade e estratificação sociais, uma percentagem da população será pobre comparativamente aos grupos mais privilegiados social e economicamente, não importando o grau da riqueza da nação analisada. Pobreza relativa e desigualdade social passam a ser, assim, conceitos correlatos e são bastante úteis aos argumentos que negam a pobreza como fato real e objetivo. (PEREIRA, 2009:30)

Nesse sentido, segundo Pereira (2009), por exemplo, se houver um aumento de renda das camadas mais pobres pode melhorar a situação de pobreza extrema, mas a situação desigual<sup>2</sup>, no quesito de acesso a bens e serviços, permanece.

---

<sup>2</sup> Pereira (2009) cita Alcook (1997), o qual afirma que no capitalismo a desigualdade sempre existirá, mas a pobreza, mesmo nesse sistema, não poderá ser aceita como algo natural e imutável. Para esse autor desigualdade é um conceito descritivo, que expressa e ilustra a desigualitária lógica capitalista; porém, o conceito de pobreza é, necessariamente, prescritivo, político e moral, visto que sua construção deve sempre prever a sua não aceitação e a formulação de ações políticas contra ela.(PEREIRA, 2009:33)

Igualmente, a transferência de renda de setores mais ricos para os mais pobres, não implica necessariamente mudança na medida de pobreza. Em algumas circunstâncias, pode-se entender a pobreza como um dos resultados da desigualdade social. (PEREIRA, 2009:33)

Já exclusão social, segundo Pereira (2009), é o termo que mais vem sendo utilizado como sinônimo de pobreza, mas na verdade refere-se a situações de privação e desvantagem, mas não se limita à privação material.

Pode-se ser excluído sem ser pobre. Os idosos, as pessoas com deficiência, os negros, as mulheres e outras minorias sociais são, em muitas circunstâncias, excluídos da participação efetiva na sociedade a qual pertencem sem, no entanto, serem necessariamente pobres. Da mesma forma, pode haver pobreza sem exclusão<sup>3</sup>.(PEREIRA, 2009:34)

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), durante os anos de 2007 e 2008<sup>4</sup> foi realizada uma pesquisa em 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes, abrangendo as capitais (exceto São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre). Segundo essa pesquisa, cujos dados foram divulgados em 2008, há 31.922 indivíduos que utilizam as ruas como moradia, no entanto, tudo indica que esses números são bem maiores, pois cidades relevantes não se incluíram na pesquisa.

Os municípios brasileiros que possuem mais moradores em situação de rua são: Rio de Janeiro (4.585), Salvador (3.289), Curitiba (2.776), Brasília (1.734), Fortaleza (1.701), São José dos Campos (1.633), Campinas (1.027), Santos (713), Nova Iguaçu (649), Juiz de Fora (607) e Goiânia (563). (BRASIL,2009)

Por causa do contexto em que se encontram, as pessoas em situação de rua são estigmatizadas pela sociedade que os culpam por sua situação e cabe ao Estado atuar na criação de políticas sociais que auxiliem essas pessoas, e haja estratégias que visem

---

<sup>3</sup> Pereira (2009) cita Robert Castel (1998), que acredita que exclusão social se caracterizaria numa situação extrema de ruptura tanto nas relações familiares afetivas, como com o mercado de trabalho e com possibilidades de socialização. E cita também Novak (1997) que mostra o significado de exclusão social associado à pobreza no âmbito dos pobres como sendo excluídos de todo o sistema. Esse autor explicita que para o sistema capitalista, assentado no trabalho assalariado, funcione devidamente, faz-se necessária a existência da pobreza como uma ameaça constante que o sistema disciplina e obriga os indivíduos a recorrerem incondicionalmente ao mercado de trabalho. E é através da exploração e da miséria dos mais pobres que o capital se reproduz. Assim, os pobres não são excluídos do sistema como um todo, não se localizam fora dele, mas na sua margem. (PEREIRA, 2009:34)

<sup>4</sup> Não se tem pesquisas mais recente acerca do número da população em situação de rua em nível Nacional.

diminuir a desigualdade social por meio de políticas na defesa de direitos desses segmentos.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua surgiu como forma de orientar a construção e execução de políticas sociais voltadas a este recorte populacional, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos. Grande parte das políticas sociais voltadas para a população em situação de rua está inclusa também na área da saúde, pois são pessoas que estão expostas a um alto grau sofrimento emocional e psicossocial, muitas vezes físico e para tanto necessitam de equipes interprofissionais para que sejam bem assistidos.

O Serviço Social precisa ter seu papel no enfrentamento das expressões da Questão Social<sup>5</sup> fazendo com que políticas voltadas para pessoas em situação de rua sejam efetivadas, e, portanto, é importante que exista um estudo sistematizado acerca das políticas sociais voltadas para população em situação de rua, para que esteja claro se essas políticas são eficazes, se atingem uma boa parcela dessa população no Brasil e em particular em cada estado brasileiro.

A população em situação de Rua no Brasil é composta por grupos heterogêneos formados por pessoas de diferentes realidades, mas com algo em comum que é a condição em que se encontram de pobreza eminente e também a questão da fragilidade de vínculos familiares que, muitas vezes, estão completamente corrompidos. Há também a irregularidade habitacional que faz com que a rua se torne uma morada temporária ou permanente. Esse perfil da população em situação de rua foi desenvolvido no primeiro Encontro Nacional Sobre População em situação de rua realizado em 2005 pelo MDS por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Pode-se afirmar que o surgimento da população em situação de rua é um dos reflexos da exclusão social, que a cada dia atinge e prejudica uma quantidade maior de pessoas que não se enquadram no atual modelo econômico, o qual exige do trabalhador uma qualificação profissional, embora esta seja inacessível à maioria da população. É inegável que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia, fato desencadeado em decorrência de vários fatores: ausência de vínculos familiares, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas, doença mental, entre outros fatores. (CERQUEIRA, 2012:4).

---

<sup>5</sup> No decorrer do estudo a expressão Questão Social será apresentada sob a visão de autores do Serviço social, para Yamamoto(2001) a questão social é o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade madura, impensáveis sem a intervenção do Estado.

Como explicado anteriormente, a implementação de políticas sociais pelo Centro Pop são abordadas no decorrer deste trabalho com o intuito de mapear quais são as políticas sociais efetivas nessa instituição e como elas estão integradas com as políticas em âmbito nacional.

O Centro Pop<sup>6</sup>, gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST), atua em complementaridade com o e Consultório na Rua (CnaR), que é gerido pela Secretaria de Saúde do DF, e ambos possuem campo de atuação para assistente social. O planejamento de estratégias é realizado conjuntamente instituído pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) que integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a Política Nacional para a População em Situação de Rua, buscando atuar frente aos diferentes problemas e necessidades de saúde e assistência social dessa população.

A atenção básica deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. Por isso, é fundamental que ela se oriente pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. (BRASIL, 2012:9)

A metodologia aqui utilizada pautou-se como proposta mais ampla no materialismo histórico dialético, o que possibilitou aproximações sucessivas do real, ainda que no limite de uma pesquisa documental, e bibliográfica num primeiro momento. A metodologia utilizada tanto para a coleta dos dados, quanto para a análise é a qualitativa, se deu a partir de análise bibliográfica e documental de pesquisas, dados e informações existentes acerca deste tema.

No âmbito das políticas sociais voltadas para essa população foi importante identificar as que estão sendo implementadas pelo Centro Pop. Para isso, verificou-se tanto toda a documentação relativa a isso, quanto procedeu-se com uma entrevista para sanar dúvidas e buscar a percepção do profissional assistente social que atua, juntamente com outros profissionais, na execução dessa política. A entrevista foi realizada em 2014 um Centro Pop do Distrito Federal e não será divulgado endereço nem localização para o resguardo ético da profissional entrevistada. Não houve problemas de comunicação nem locomoção para a instituição.

---

<sup>6</sup> Existem duas unidades do Centro Pop No Distrito Federal, Uma em Taguatinga e outra na Asa Sul.

Esses dados foram coletados utilizando pesquisa qualitativa, e utilizando entrevista com roteiro de perguntas semi-estruturada<sup>7</sup>, (aquele que tem como característica principal para a entrevista a utilização de um roteiro previamente elaborado)<sup>8</sup>.

De acordo com Minayo (2010) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, isto é, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Infere-se a partir desse ponto, que a pesquisa qualitativa abrange uma melhor visão da totalidade do objeto pesquisado, pois na entrevista é possível descobrir pontos de vista que não seria possível apenas com uma pesquisa quantitativa.

Para Richardson (1999) quanto à pesquisa qualitativa, não cabe fazer uma mera quantificação desse fenômeno, uma vez que, indicadores quantitativos isolados não contemplam a complexidade dessa realidade social. Dessa forma, o foco da pesquisa será a exploração do conjunto de interpretações e representações sociais que existem no âmbito do objeto da pesquisa.

A pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos 'qualitativos' e 'quantitativos', ou entre ponto de vista 'estatístico' e 'não estatístico'. Além disso, não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade. (RICHARDSON, 1999:79)

Dentro desse universo de pesquisa qualitativa procurará compreender qual a dinâmica das políticas sociais e como elas são aplicadas à população em situação de rua de acordo com a experiência do Centro Pop, e como funciona a articulação do Estado por meio do Serviço Social na garantia desses direitos.

Quanto aos cuidados éticos, esses se materializaram com a garantia da autonomia dos sujeitos da pesquisa, sendo livre a participação ou não nesse estudo, utilizando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>9</sup> (TCLE). De acordo, com a Resolução nº196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que aprova as diretrizes e normas

---

<sup>7</sup> O Questionário se encontra no anexo 3 desse trabalho.

<sup>8</sup> Para Manzini (1991), a entrevista com roteiro de perguntas semi-estruturada está focalizada em um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões que se apresentam no decorrer da entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Dessa maneira há um enriquecimento da pesquisa, de modo que a exploração acerca do tema fica mais completo com uma pesquisa semi-estruturada.

<sup>9</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido se encontra no anexo 2 deste trabalho.

regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, a eticidade em pesquisa envolve consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo, ponderação entre riscos e benefícios, garantia de que danos previsíveis serão evitados bem como relevância social da pesquisa.

Foram tomados todos os devidos cuidados conforme a Resolução nº196/96, que explicita, também, que a pesquisa deve contar com procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem, bem como a pesquisa ser desenvolvida preferencialmente em indivíduos com autonomia plena, garantindo o retorno dos benefícios obtidos por meio das pesquisas para os sujeitos envolvidos.

Ademais, acerca do desenvolvimento desse trabalho pode-se dizer que: o primeiro capítulo trata das causas da situação de rua, e como isso se reflete no papel das Políticas para População em Situação de Rua e também os direitos sociais desse recorte populacional. No segundo capítulo será apresentado como que se dão as políticas sociais na assistência social pautando-se de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). E por fim no terceiro capítulo é explicitado a gênese das populações de rua do Distrito Federal, bem como as políticas implementadas no Distrito Federal e a dinâmica de atendimento desse contingente no Centro Pop , com visão da profissional Assistente Social sobre o trabalho realizado e as políticas no DF.

**CAPÍTULO 1.**  
**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS**  
**SOCIAIS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E**  
**CONCEITUAIS**



10

---

<sup>10</sup> Imagem Retirada da Internet sem identificação do autor

## 1.1 As causas da Situação de Rua e como se reflete no papel das Políticas para População em Situação de Rua.

Para esse trabalho é muito importante compreender a conjuntura da sociedade capitalista, pois é a realidade na qual estamos inseridos e a partir dela pode-se ter explicação para diversos problemas sociais inclusive a situação de rua.

A autora Maria Lucia Lopes da Silva<sup>11</sup> em seu artigo *A população em situação de rua no Brasil e a luta por políticas públicas ao seu alcance* (2010), traz o debate de como o trabalho diferencia o homem das demais espécies de animais irracionais e diz que para produzir os meios de subsistência, os seres humanos estabelecem relações que variam de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção, e cita Marx(2002) para comprovar seu pensamento.

Marx considera meios de produção as condições materiais necessárias à realização do processo de trabalho. Para ele, o que distingue as diferentes épocas econômicas é o como se faz. Os meios de trabalho medem o desenvolvimento da força humana de trabalho e indicam as condições sociais em que o trabalho se realiza. O grau de desenvolvimento das forças produtivas implica a divisão social do trabalho, cujos estágios diferentes representam formas diversas de relações entre os indivíduos no tocante à matéria, aos instrumentos e produtos do trabalho, isto é, formas diferentes de propriedade: tribal, comunal, feudal, capitalista, etc. Sobre isso cf. MARX, 1988a. cap. V. P. 201 - 224. e MARX e ENGELS, 2002. p.10-21. (SILVA, 2010:2)

Para Silva (2010) pode-se dizer que o trabalho humano como atividade técnica do processo de produção social dos meios de vida dos seres humanos é determinante da sociabilidade e do modo de vida destes seres. De acordo com essa linha de raciocínio, o trabalho é condição básica da história da humanidade e essencial ao ser humano em qualquer forma social, pois a sociedade não para de consumir e de produzir.

Na sociedade capitalista, em que a fonte básica da riqueza é a mercadoria, o trabalho deixa de ser atividade vital do ser humano e passa a ser trabalho assalariado. Assim, o trabalho materializado na mercadoria, segundo Marx (1988) possui duplo significado. É dispêndio de força de trabalho especial para um determinado fim, e assim, trabalho útil e concreto que produz objetos úteis aos seres humanos. E é também, no sentido fisiológico, dispêndio de força humana de trabalho e como tal, trabalho humano igual ou abstrato que determina o valor das mercadorias, ou seja, é força de trabalho, uma

---

<sup>11</sup> Maria Lucia Lopes da Silva (2010) tem sido referência imprescindível no estudo da população em situação de rua, portanto usa-se em maior parte seu conhecimento para enriquecer o debate acerca dessa temática.

mercadoria especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. (SILVA, 2010:3)

Segundo Silva (2010) a partir dessa visão de trabalho marxiana é possível afirmar que mesmo com poucos postos de trabalho e a tecnologia sempre crescente principalmente para elevar a produtividade, isto é, o crescimento de maquinário industrial, o trabalhador é ainda mais explorado, fazendo com que a maior fonte de riqueza no capitalismo contemporâneo seja o trabalho não pago.

O aumento da produtividade do trabalho é mais uma forma de viabilizar a mais valia pela contração do tempo de trabalho necessário à produção do equivalente ao salário (trabalho pago) e aumento do tempo excedente (trabalho não pago). Assim, o capitalismo pode provocar a desestruturação do trabalho mediante a precarização das condições e relações de trabalho, redução da criação e a oferta de postos de trabalho e aumento do uso de tecnologias e de métodos de trabalho para elevar a produtividade, mas não pode prescindir da compra da força de trabalho, é ela que produz mais valia, e produzir mais valia é a base do capitalismo. (SILVA 2010:4)

Nesse âmbito Silva (2010) fala das crises que o capitalismo enfrenta:

A natureza e contradições entre as condições constitutivas do capitalismo o fazem um modo de produção com tendências a crises. Essa tendência torna o capitalismo propenso a produzir fases periódicas de superacumulação, que se manifestam pelo desemprego, capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadoria ou estoque, excedente de capital-dinheiro, etc. A crise que envolve as décadas de 1920 e 1930, a que iniciou nos anos 1970 e em 2008 são típicas de superacumulação. (SILVA,2010:4)

O Brasil, assim como os países do capitalismo periférico, como nomeia Silva (2010), tiveram sua reestruturação produtiva<sup>12</sup> tardiamente obedecendo as

---

<sup>12</sup>Citando Silva (2010): A reestruturação produtiva foi a principal diretriz usada para a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo reprodutivo do capital. Ela assumiu centralidade na determinação das mudanças no mundo do trabalho, que se expressam por meio de um novo modo de organizar a produção, com base em métodos e processos de trabalhos fundados na automação de base microeletrônica; de novos padrões de gestão e envolvimento da força de trabalho, direcionados para a conciliação de classes; de relações e condições de trabalho precarizadas. Assim, a reestruturação produtiva, associada à financeirização do capital e à reorientação das funções do Estado em favor das necessidades de expansão do capital, compôs as bases do novo padrão de acumulação, denominado por Harvey (2004), “acumulação flexível”. Tal padrão de acumulação produziu efeitos devastadores para a classe trabalhadora. O aprofundamento do desemprego e do trabalho precarizado; a queda da renda média real; a elevação da produtividade das empresas pelo uso intensivo da capacidade intelectual dos trabalhadores, em favor do capital; a crescente cooptação do movimento sindical; a redução dos laços de solidariedade no âmbito do trabalho; e, a maior heterogeneidade da classe trabalhadora são alguns desses

características de cada um, mas sempre sob o comando dos países centrais aos quais mantinham dívidas. No Brasil a reestruturação produtiva teve início em 1980, e veio para ampliar a capacidade competitiva das empresas nacionais em um cenário internacional de forte concorrência e instabilidade econômica.

Porém, foi a partir de 1995 que o país, de fato, aderiu às políticas neoliberais, apoiado em medidas do governo Fernando Henrique, que regrediram os direitos trabalhistas, previdenciários e enxugaram a máquina estatal, por meio da privatização de empresas estatais e de Programas de Demissão Voluntária – PDV's. A intervenção do Estado fortaleceu as mudanças no mundo do trabalho e limitou o investimento fiscal na proteção social. O aprofundamento do desemprego e do trabalho precário, a queda na renda média real, a desregulamentação dos direitos sociais, a inibição de investimentos em políticas sociais, o arrefecimento das lutas sindicais implicaram a expansão de uma superpopulação relativa e o aprofundamento das desigualdades sociais e elevação dos níveis de pobreza no Brasil. Nesse contexto, o fenômeno população em situação de rua expandiu-se e ganhou maior visibilidade.(SILVA, 2010:5)

A partir desse histórico sobre relações de trabalho e o capitalismo é possível chegar às populações em situação de rua da contemporaneidade, pois visto que como diz Silva (2010), nas sociedades pré-industriais da Europa a expulsão dos camponeses de suas terras para a construção de indústrias levou muitas pessoas à situação de rua, e isso se reflete até hoje nas sociedades contemporâneas e, é claro, no Brasil.

A origem e reprodução do fenômeno população em situação de rua vinculadas aos processos inerentes à acumulação do capital constitui o principal argumento em sua caracterização como uma expressão da questão social. Além disso, a superpopulação relativa, que abriga a população em situação de rua é um instrumento de controle do capital sobre o trabalho, ao mesmo tempo, em que é um fator que impulsiona a reação do trabalho às exigências do capital. No Brasil, a recente reação da população em situação de rua, aliada a outros atores sociais, à condição em que se encontra é um indício de que esse fenômeno é uma expressão da questão social, que materializa a violência do capitalismo sobre o ser humano, submetendo-o ao extremo da degradação da vida. (SILVA, 2010:6)

Levando-se em consideração toda essa conjuntura na qual a população em situação de rua está inserida é correto afirmar que é mais comum se concentrarem em centros urbanos devido a maior circulação de capital o que favorece a permanência desse contingente nas ruas.

---

efeitos, os quais corroboraram na formação de uma gigantesca superpopulação relativa excendente às necessidades do capital.(2010:4)

Com isso, as alternativas de trabalho para garantir a subsistência diária são maiores, inclusive de trabalho que geram renda por iniciativa própria ou por meio de grupos organizados, a exemplo dos catadores de materiais recicláveis, cuja organização nacional cresceu bastante com a adesão de pessoas em situação de rua. As pesquisas sobre população em situação de rua mostram que é grande o número de pessoas nessa condição que faz da coleta de materiais recicláveis sua fonte de renda. Em Belo Horizonte, o censo de população em situação de rua realizado em 2005 revelou que essa era a situação de 42,8% dos entrevistados. Nos centros urbanos, as áreas de concentração de atividades econômicas, religiosas e de lazer atraem muita gente e são áreas preferidas pelas pessoas em situação de rua, pela facilidade de obter doações ou rendimentos pelo desempenho de atividades econômicas como a venda de mercadorias de baixo valor comercial, guarda de carro, revenda de ingressos para atividades culturais, etc. (SILVA, 2010:7)

Segundo Silva (2010) essa questão da concentração das populações em situação de rua nos centros urbanos leva à discriminação e ao preconceito, visto que a sociedade repele esse contingente de sua convivência tentando fazer uma “higienização” dessa população reproduzindo essa violência velada. Isso se vê muito presente na maneira pejorativa com a qual são tratados, Pereira (2009) fala que os termos *mendigo* e *pedinte* não abarcam a real situação dessas pessoas portanto utiliza-se população em situação de rua para caracterizar esse recorte.

Todas essas características referentes à população em situação de rua corroboram a afirmação de Silva (2009) que diz que população de rua é :

(...)um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, ainda que utilizem albergues para pernoitarem, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias (SILVA, 2009, p.136).

Silva (2006) aborda em sua tese de mestrado um perfil das populações em situação de rua no Brasil:

O perfil recente da população em situação de rua no Brasil que a maioria dessas pessoas é do sexo masculino (77,87%), encontra-se em idade economicamente ativa, com concentração na faixa etária entre 25 e 55 anos. A maior parte é alfabetizada, 70,00% declarou saber ler e escrever e possuir escolaridade entre a 1ª e a 8ª série do ensino fundamental, tendo em média de 4 a 8 anos de estudo. É crescente o quantitativo e percentual de pessoas com curso superior. Quanto à origem, tem aumentado a participação do próprio estado e nesse, da cidade pesquisada, na produção do fenômeno, revelando que os

problemas inerentes às grandes metrópoles no capitalismo contemporâneo assumem importância fundamental em suas determinações. O tempo de permanência nas ruas tem se alongado. Entre 1995 a 2000 prevalecia um tempo médio de permanência nas ruas inferior a um ano. A partir de então, as pesquisas revelam elevação dos números absolutos e percentuais dos que permanecem nas ruas acima de cinco anos, sugerindo não só a relação do fenômeno com os efeitos das mudanças no mundo do trabalho, mas também que as pessoas estão envelhecendo nas ruas sem a proteção do Estado por meio de políticas públicas. Apenas, em torno de 10%, encontra-se na companhia de algum parente, embora grande parte saiba onde encontrá-la. Em relação ao trabalho, em média 72,00% afirma ter uma profissão ou ter desenvolvido alguma experiência de trabalho anterior à situação de rua, principalmente nas áreas da indústria, serviços, construção civil e ocupação doméstica. As relações com o trabalho antes da situação de rua indicam preponderância no conjunto das determinações do fenômeno. São relações marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado. Na situação de rua, destacam-se as atividades ligadas a carro (lavar, vigiar, etc.) e a atividade de catação de materiais recicláveis, apesar da mendicância ainda aparecer. (SILVA, 2006)

A partir de todo esse histórico o que se espera é que a população em situação de rua tenha direitos, e que eles sejam garantidos. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estado é democrático e tem o dever de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal é clara no que diz que o Estado tem o dever de prover condições dignas de vida para toda a população, mas não é isso que ocorre, a desigualdade social assola o Brasil e se manifesta numa expressão da questão social como explicita Yamamoto:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por

parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO 1991, p.77)

Segundo Hofling (2001) para uma melhor compreensão e avaliação das políticas sociais implementadas por um governo, é fundamental a compreensão da concepção de Estado e de Política Social que sustentam tais ações e programas de intervenção. Ela fala da importância de ressaltar a diferença entre Estado e governo para assim compreender de onde surgem as políticas sociais.

É possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes\_ como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente\_ que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. As políticas públicas estão aqui entendidas como o “Estado em ação”; é o Estado implantando um projeto do governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. (HOFLING, 2001 p.31)

Segundo Raichelis (2009), a partir dos anos 1990 houve uma mudança no âmbito do Estado e na universalização dos direitos e esse quadro desencadeou uma série de transformações societárias no que tange os processos de redefinição dos sistemas de proteção social e das políticas sociais que emergem nessa conjuntura.

O agravamento da questão social decorrente do processo de reestruturação produtiva e da adoção do ideário neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha – os usuários dos serviços sociais públicos – como também no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofre o impacto das mudanças que atingem o exercício profissional. (RAICHELIS, 2009, p.382).

Ainda de acordo do Raichelis (2008), o retraimento das funções do Estado e a redução dos gastos sociais vem contribuindo para o processo, que ela denomina, de desresponsabilização em relação às políticas sociais universais e a consequência é o retrocesso na expansão e consolidação dos direitos sociais. “Trata-se de uma dinâmica societária que atinge as diferentes profissões, e também o Serviço Social, que tem nas políticas sociais seu campo de intervenção privilegiado”. (RAICHELIS, 2008, p. 378)

Por muitas vezes o Estado é considerado um ente abstrato, o que se configura numa forma errônea, pois é uma instância de governo de representatividade política que atua em conjunto com a sociedade civil organizada, que não deve existir para atender a fins individuais, mas sim fins sociais como rege a constituição. Por isso, apesar da dificuldade de assegurar um Estado de Direito numa sociedade capitalista e democrática, continua sendo dever do Estado assegurar condições de vida dignas a todos, e o meio de políticas sociais é um caminho para isso.

O Estado de direito é responsável por materializar seu poder por meio da lei, mas esta não pode ser resultado de atitude individual havendo necessidade de que a sociedade reclame condições para que predomine o poder emanado dos órgãos populares representativos que possa expressar a vontade geral porque aceitar a participação de uns poucos setores sociais significa admitir uma representação formal e parcial, responsável por crises inconstitucionais, nascidas da pressão de importantes interesses marginalizados. (VIEIRA, 2004, p.111)

## **1.2 Políticas Sociais e os Direitos da População em Situação de Rua**

É muito importante entender o que são as políticas sociais para assim poder analisá-las, pois estudando as sociedades e suas características é possível entender as demandas e posteriormente traçar planos, e implementar estratégias que beneficiem a toda a sociedade.

Pereira (2008) reforça a ideia de que para se entender o que são, e como funcionam as políticas sociais, é preciso conhecer os significados do termo *política* para também entender essas políticas como um direito de cidadania.

Há, de fato, um sentido mais geral, referente aos temas clássicos da política, como eleições, voto, partido, parlamento, governo. Mas, há, também, um sentido mais recente e restrito, que se refere às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade, desde que aquele se tornou crescentemente interventor. (PEREIRA, 2008:87)

Segundo Pereira (2008) o termo *política* pode ter vários significados, dependendo do contexto no momento, isto é, diz respeito a processos de disputas por cargos e negociações de interesse na sociedade e também serve para implantação de ações governamentais específicas, no caso, as políticas sociais: educação, saúde, meio ambiente, redução da pobreza etc.

Quando se fala de política social, tem-se que pensar na prestação de serviços sociais à população de forma organizada. A relação dos profissionais que lidam com os segmentos sociais mais vulneráveis se dá devido às sequelas da questão social e buscam nas políticas sociais, em seus programas e serviços, respostas às suas necessidades mais imediatas.

Potyara Pereira (2008) explicita que nos últimos tempos se tem falado e muito de políticas sociais e principalmente associada, às necessidades sociais e direitos de cidadania. Ela fala que não é fácil conceituar e definir o que é política social, pois vários estudiosos do tema colocam sua visão sobre o que é mas ainda sim fica incoerente.

Ademais a política social é identificada como uma política de ação, que tem perfil, funções e objetivos próprios e produz impactos no contexto em que atua. Tem forte traço empírico embora não se reduza a ele, visto que, como política, ela também é fruto de escolhas e de decisões definidas nas arenas conflituosas de poder. Trata-se, portanto, a política social, de uma categoria acadêmica e política, de constituição teórica e prática, que não apenas se dispõe a conhecer e explicar o mundo real, mas também agir nesse mundo, visando mudanças.(PEREIRA, 2008 p. 166)

Diante dessas conceituações sobre políticas sociais é importante saber quais estão sendo aplicadas à população em situação de rua no Brasil, o que é retratado no capítulo seguinte, mostrando como elas se aplicam na assistência social .

**CAPÍTULO 2.**  
**POLITICAS SOCIAIS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: O**  
**QUE VEM SENDO OPORTUNO E IMPLEMENTADO NA**  
**ASSISTÊNCIA SOCIAL.**



13

---

<sup>13</sup> Imagem retirada da Internet.

## **2.1 Políticas Sociais na Assistência Social.**

Com a redemocratização do país, após a década de 1980, principalmente com a Constituição Federal de 1988, muitos direitos sociais foram conquistados e nesse âmbito foi aprovada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que a promove como política social pública, atuando no campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal como é previsto no MDS (2005), com a Política Nacional de Assistência Social-PNAS/ 2004 e a Norma Operacional Básica –NOB/SUAS. Como política da seguridade social, a assistência passou a ter caráter de proteção social, conceito que será materializado por meio das unidades e serviços organizados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

De acordo com o MDS, as normativas que regem a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS é a Política Nacional de Assistência Social<sup>14</sup> (PNAS). O SUAS é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da PNAS, envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

É importante destacar que as quatro diretrizes da PNAS, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS, são:

- Descentralização político administrativa, cabendo à União a coordenação e aos estados e municípios a execução dos programas;
- Participação da população por meio das instâncias de controle social;
- Primazia da responsabilidade do Estado para condução da Política de Assistência Social nas três esferas de governo;
- Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2005, p. 32-33).

Neste documento também estão descritas as seguranças sociais afiançadas: segurança de acolhida; segurança de convívio ou vivência familiar e segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia). Para tanto, são estabelecidos níveis de

---

<sup>14</sup>Lei nº 11.258 de 2005 - inclui, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.

complexidade para o atendimento das demandas de acordo com as vulnerabilidades sociais. Cabe ressaltar que os usuários da política de assistência social não possuem um recorte de renda, mas sim de vulnerabilidade e riscos sociais, como: fragilidade ou perda de vínculos familiares; identidades que sofrem preconceitos (gênero, orientação sexual, raça); uso de substâncias psicoativas; violência familiar, de grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho; exclusão pela pobreza; dificuldade de acesso a outras políticas públicas e etc.

O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

O SUAS engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso.

Ainda de acordo com o MDS a gestão das ações e a aplicação de recursos do Suas são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Esses procedimentos são acompanhados e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e seus pares locais, que desempenham um importante trabalho de controle social. As transações financeiras e gerenciais do Suas contam, ainda, com o suporte da Rede Suas, sistema que auxilia na gestão, no monitoramento e na avaliação das atividades.

Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o SUAS teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa.

Por meio de um decreto de 25 de outubro de 2006, instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, e dentro desse âmbito o MDS criou uma Portaria (nº 381) de 12 de dezembro de 2006 na qual assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público.

Em 11 de Novembro de 2009 foi criada, por meio do Conselho Nacional de Assistência Social, uma resolução (nº 109) referente à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à População em Situação de Rua na Proteção Social Especial - PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).

Em 23 de Dezembro de 2009, por meio de um decreto presidencial (nº 7.053) foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento fazendo com que esse a garantia de direitos avançasse. No ano seguinte, em 22 de Novembro de 2010 foi instituída a Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07, que reuniu orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO).

Em 7 de Junho de 2010 a partir da Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT (nº 7), foram pactuados critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais, com recursos advindos do Plano Integrado de Enfrentamento ao crack e outras Drogas (Decreto 7179, de 20 de maio de 2010). No mesmo ano em 28 de Dezembro, a partir da Portaria nº 843 foi apresentado o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua.

Ainda de acordo com o MDS e de acordo com o Decreto nº 7.053, de Dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, é destinado à um grupo que se encaixe em: grupo populacional heterogêneo que tem comum a pobreza extrema, vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população, de acordo com MDS, se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Entre agosto de 2007 e março de 2008, por meio de uma parceria do MDS com a UNESCO, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Esta pesquisa, que incluiu a contagem e caracterização da população adulta em situação de rua, foi realizada nos municípios com mais de 300.000 habitantes e em todas as capitais, com exceção de Belo Horizonte, São Paulo e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e Porto Alegre, que naquele momento, conduzia a pesquisa de iniciativa municipal.

A pesquisa nacional contabilizou, neste período, um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados. Nesse sentido, ao somar o valor do contingente da pesquisa nacional com os números das pesquisas realizadas em Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre estima-se que o total de pessoas adultas em situação de rua identificadas representa, aproximadamente, 50.000.

Embora expressivo, esse contingente não deve ser tomado como o total de pessoas em situação de rua no país, pois a pesquisa nacional não englobou as crianças e adolescentes que também vivem nesta situação, e, principalmente, porque se deve considerar que as pesquisas foram realizadas em um conjunto de municípios brasileiros e não em sua totalidade, num período específico, ou seja, a pesquisa é importante mas não se deve generalizar as populações em situação de rua do Brasil somente a partir desses dados, visto que outros estados de igual importância ficaram fora da pesquisa.

O perfil das pessoas adultas em situação de rua identificadas pela Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua realizada em 2008 são perceptíveis por dados contidos na pesquisa, que são:

- 82% do sexo masculino;
- 53% com idade entre 25 e 44 anos;
- 67% são negros;
- A maioria (52,6%) recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais;
- Composta, em grande parte, por trabalhadores – 70,9% exercem alguma atividade remunerada;
- Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência;
- Parte considerável é originária do município onde se encontra, ou locais próximos;
- 69,6% costuma dormir na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos;
- 22,1% costuma dormir em albergues ou outras instituições;
- 95,5% não participa de qualquer movimento social ou associativismo;
- 24,8% não possui qualquer documento de identificação;
- 61,6% não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto;
- 88,5% não é atingida pela cobertura dos programas governamentais, ou seja, afirma não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

Ainda de acordo com a Pesquisa Nacional de 2008 entre os benefícios recebidos, destacaram-se:

- Aposentadoria (3,2%);
- Programa Bolsa Família (2,3%);
- Benefício de Prestação Continuada (1,3%);

E as principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são:

- Álcool e outras drogas (35,5%);
- Desemprego (29,8%);

- Desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%).

A partir desses dados é possível desconstruir alguns pontos de vista que o senso comum deposita nessa população, como por exemplo, a questão do uso de drogas, que a maioria das pessoas acredita que toda a população de rua possui vício em drogas ilícitas e também a questão de pedir esmolas, que não é feita pela maioria pois uma das justificativas pode se dar ao benefício que recebem não sendo preciso recorrer as esmolas.

Segundo dados do MDS a principal característica do Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua, de acordo também com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é que esse serviço é ofertado para aqueles que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Esses Serviços tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Nessa perspectiva também assegura trabalho técnico para análise das demandas dos usuários, orientação individual e em grupo, encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos que possam contribuir para a construção da autonomia, inserção social e em rede de proteção social.

Ademais, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de 2008, destaca-se a importância da inserção da população em situação de rua no cadastro único para programas sociais procurando potencializar o acesso dessa população aos programas e à rede de serviços, benefícios e programas de transferência de renda, e também produzir informações que contribuam para o aprimoramento da atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas.

De acordo com o MDS é importante que, para a inclusão dessas pessoas no cadastro único para programas sociais, haja identificação e encaminhamento para os Postos de Cadastramento – realizados por profissionais da PSE do SUAS nos municípios:

- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

- Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua; outros serviços, Unidades; ou equipe/profissional da PSE do SUAS no município, desde que também definido como referência na localidade para esta identificação.
- Inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais – realizada pelos entrevistadores do Cadastro Único nos postos de cadastramento designados pelo gestor local para este fim.
- Atualização cadastral – encaminhamento feito pelos profissionais do serviço socioassistencial que estejam acompanhando as pessoas em situação de rua cadastradas.

O endereço do Centro Pop pode ser utilizado como endereço de referência para inclusão de seus usuários no Cadastro Único para Programas Sociais, visto que este endereço poderá, inclusive, ser utilizado para fins de inserção dessas pessoas no Cadastro Único para Programas Sociais, que exige endereço aos cadastrados.

Para aquelas pessoas em situação de rua que recusarem o encaminhamento ao posto de cadastramento, mas demonstrarem interesse na inclusão no Cadastro Único, a entrevista e o preenchimento dos formulários poderão ser realizados, excepcionalmente, na rua, por profissionais designados à abordagem social desse público no município. Nessa direção, recomenda-se esforço por parte da equipe de abordagem social, para sensibilizar as pessoas em situação de rua a se dirigirem ao posto de cadastramento.

Assim, é essencial que os profissionais responsáveis pela abordagem tenham informações sobre o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família, para a adequada orientação da população<sup>15</sup>.

## **2.2 Política Nacional Para a População em Situação de Rua**

A Política Nacional para a População em Situação de Rua surgiu em 2009 e constitui um marco histórico na garantia de direitos da População em Situação de Rua, direito este que foi conquistado por meio do Governo Federal juntamente com

---

<sup>15</sup>Para maiores esclarecimentos sobre a inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único, consultar o Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua, bem como a Instrução Operacional conjunta SNAS e SENARC N° 07, de 22 de novembro de 2010, disponíveis no Portal do MDS.

movimentos sociais ligados à garantia de direitos dessa população. Os princípios que constituem essa política são:

- Respeito à dignidade do ser humano;
- Promoção e garantia dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais;
- Direito ao usufruto e permanência na cidade;
- Garantia e defesa de direitos fundamentais combatendo práticas higienistas e ações preconceituosas e violentas que reforçam estigmas e promovem a discriminação e a violação dos direitos da população de rua;
- Respeito à diversidade humana, qualquer que seja a origem, raça, idade, condição social, nacionalidade, gênero, orientação sexual, origem étnica, atuação profissional/atividade econômica, religião, e situação migratória;
- Garantia de laicidade do Estado na prestação direta e indireta de serviços públicos, sem qualquer preferência ou rejeição em virtude de crença ou prática religiosa na seleção das pessoas atendidas;
- Intersetorialidade<sup>16</sup> das ações que garantam igualdade de condições para o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social e à assistência social;
- Direito à convivência familiar e comunitária.

A Política Nacional para População em Situação de Rua surgiu tardiamente, visto que é uma realidade que assola o Brasil desde os seus primórdios, e um dos principais objetivos dessa política foi a criação de centros de referência especializados para esse segmento, que é o caso dos Centros Pop's que existem em todo o Brasil e no Distrito Federal. O MDS desenvolveu a partir dessa política uma ação de inclusão dessa população no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. O cadastramento dessa população atrelado à sua vinculação aos serviços socioassistenciais foi impulsionado com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, que tem dentre suas prioridades a atenção às pessoas em situação de rua.

O objetivo principal dessa política, referido na própria política, é garantir acesso às políticas sociais por meio de serviços, benefícios, programas e projetos realizados de

---

<sup>16</sup> Para Nascimento (2010) a intersetorialidade é um dos requisitos para a implementação das políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil.

forma intersetorial, transversal e interdisciplinar envolvendo as três esferas de governo e que possibilitem um padrão de vida digno e a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Essa política garante respeito aos Direitos Humanos tanto na adoção de normas e diretrizes nacionais quanto internacionais. Essa política também assegura segurança pública e jurídica para o contingente de rua como responsabilização e combate à impunidade dos crimes e atos de violência contra a população em situação de rua, dentre outras diretrizes presentes referentes à segurança.

Referente a trabalho e emprego a política apresenta garantia de capacitação, profissionalização, qualificação e requalificação profissional da população em situação de rua, no que refere-se ao acesso ao mercado de trabalho. Também garante a contratação de trabalhadores em situação de rua nos contratos da Administração Pública, nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços, em percentual não inferior a 2% do pessoal contratado, garantida a contratação de pelo menos uma pessoa, sempre que o objeto da obra ou serviço for compatível com a utilização de mão-de-obra de qualificação básica, alterando, para tanto, a Lei nº. 8666 de 21 de julho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, dentre outros.

Nessa política também é garantido a questão do desenvolvimento urbano e habitação:

- Garantia do acesso da população em situação de rua nos Programas de Habitação de Interesse Social existentes ou que venham a ser criados, financiados e/ou subsidiados pelo Governo Federal, articulados ou não aos governos Estaduais e Municipais, respeitando suas condições e características;
- Implementação de uma Política de Locação Social em áreas centrais que garanta o acesso da população em situação de rua, a moradias dignas adequadas às suas necessidades pessoais e de seus familiares com valores de aluguéis compatíveis às suas possibilidades, no contexto de promoção do acesso prioritário aos programas de moradia definitiva;
- Implementação de uma Política de Bolsa Aluguel destinada prioritariamente à população em situação de rua, que permita o acesso a imóveis regulares no mercado de locação, próximos aos locais de trabalho e às redes de atendimento social, até a sua participação em outros programas de habitação social;

- Viabilização de empreendimentos habitacionais específicos para população em situação de rua, seja por meio de aquisição, desapropriação ou locação de imóveis privados, ou utilização de imóveis públicos vazios ou subutilizados, com ênfase nas áreas urbanas de concentração deste segmento populacional;
- Garantia de que os Programas de Moradia para a população em situação de rua devam estar integrados a outras políticas de Assistência Social, geração de renda, Saúde, Educação, trabalho, entre outros, com indicação clara dos setores responsáveis e respectivas funções (agentes gestores, operadores e promotores);
- Garantia de articulação entre os Programas de habitação e os serviços públicos necessários a um padrão de vida digno além de outros aspectos essenciais ao conforto e à segurança, tais como, proximidade dos locais de trabalho, facilidade de transporte, infra-estrutura urbana, etc.;
- Atendimento às demandas da população em situação de rua por meio dos projetos de urbanização e de reurbanização, reabilitação ou revitalização da cidade, principalmente, em áreas centrais ou de grande concentração desse segmento populacional, garantindo o uso coletivo dos espaços públicos;
- Garantia de políticas de apoio e sustentação aos programas de habitação social que atendam a população em situação de rua no pré-morar e pós-ocupação.
- Nos projetos habitacionais que possuem condomínios, deve ser priorizada a autogestão condominial, prevendo capacitação e assessoria técnica adequados;
- Garantia nos espaços públicos de acesso facilitado à água e sanitários e implantação de equipamentos de uso coletivo que prevejam áreas para cuidados pessoais, com a necessária infraestrutura e manutenção.

No que se refere à Assistência Social essa política aborda a estruturação da rede de acolhida, os órgãos responsáveis, desde quantos usuários devem ser atendidos nos centros de referência até a garantia do direito de informação dos seus direitos aos usuários. Com relação à Inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único<sup>17</sup> do

---

<sup>17</sup> O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: Renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou Renda mensal total de até três salários mínimos. Permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Suas informações são regulamentadas pelo Decreto nº 6.135/07, pelas Portarias nº 177, de 16 de junho de 2011, e nº 274, de 10 de outubro de 2011, e Instruções Normativas nº 1 e nº 2, de 26 de agosto de 2011, e as Instruções Normativas nº 3 e nº 4, de 14 de outubro de 2011, e podem também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias

Governo Federal, serve para subsidiar a formulação e implantação dos serviços sociais e para acesso aos programas nas três esferas do Governo; e como referência domiciliar, o endereço do serviço de atendimento ou o indicado pela pessoa em situação de rua nos termos do Decreto nº. 6214 de 16 de setembro de 2007, complementados pelo Decreto nº. 6564 de 12 de setembro de 2008, que regulamentam o acesso ao BPC.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), o Serviço Especializado em Abordagem Social tem o objetivo de acompanhar e referenciar as demandas da população em situação de rua para as unidades específicas, realizando um trabalho de aproximação e apresentação da rede de serviços disponível para cada usuário, sendo assim uma equipe que, por vezes, é o primeiro ponto acessado na rede para a construção do processo de saída das ruas. No Distrito Federal, essas equipes contam com educadores sociais de rua, que realizam abordagem social e busca ativa, acompanhando os usuários aos serviços da rede, como saúde, assistência social, moradia, Defensoria Pública, trabalho, documentação civil, educação, órgãos do poder judiciário, cultura etc.

O capítulo seguinte aborda a questão da gênese da população em situação de rua no Distrito Federal, as políticas que são implementadas no centro pop e sua relação com as políticas em âmbito federal e a visão da profissional assistente social acerca do trabalho realizado no centro pop.

---

cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais. Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo. (SITE MDS)

### CAPÍTULO 3.

## DINÂMICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE DO CENTRO POP.



18

---

<sup>18</sup> Centros Pop's de Brasília e Taguatinga. Foto retirada da Internet.

### 3.1 A gênese das populações de Rua no Distrito Federal.

Como foi visto no capítulo anterior, a Política Nacional para a População em Situação de Rua existe para auxiliar esse contingente na garantia de direitos, e a partir dessa política outras surgiram com o intuito de aprimorar e melhorar a situação de vida dessa população, para isso o debate sobre essa questão se arrasta por anos e continua em construção. Nesse capítulo será apresentada a gênese da população em situação de rua no Distrito Federal, como as políticas chegam nos usuários, como está a situação atual das políticas implementadas no DF e a visão da Assistente social do Centro Pop sobre essa realidade.

Para que se possa compreender como está formada a população em situação de rua em Brasília é preciso confrontar com a realidade do Brasil, no documento *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013)<sup>19</sup> é explicitado como o processo de urbanização e industrialização do Brasil influenciou as pessoas a irem para as ruas.

Penteado (2012) afirma que o modo corporativo como a urbanização vem se dando desde a década de 1980 no Brasil impulsiona cada vez mais a população mais pobre para as periferias da cidade, enquanto os centros urbanos vão sendo revalorizados e revitalizados com novas funcionalidades, como centros culturais de alta classe, sedes de edifícios administrativos, entre outros, alavancando, inclusive, a especulação imobiliária. Nesse processo, a população de baixa renda vem sendo expulsa dos lugares centrais e obrigada a se periferizar.(...) Nesse sentido, o espaço geográfico, ou o território, é considerado como o espaço do acontecer da vida, que é condutor das expressões materiais do poder imposto pelas forças socioeconômicas. (BRASIL,2013:22)

De acordo com o *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013) no Brasil, o processo de urbanização fica mais latente nas décadas de 1960 e 1970 com a industrialização. Antes disso, o país era essencialmente agrícola, e com isso a presença de pessoas em situação de rua nas cidades era menor, afinal o número e a importância das cidades também era menor. Com o avanço da industrialização houve um aumento populacional, conseqüentemente as cidades começam a encher e, sem um prévio planejamento, e números insuficientes de postos de

---

<sup>19</sup> Optou-se utilizar em *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013) pois é um estudo atual acerca da população em situação de rua, e trata como se dá esse contingente no Distrito Federal.

trabalho e moradia, ocasionou uma maior pobreza urbana no país. A partir daí as chamadas favelas aumentaram e o contingente dessas populações também, gerando um aumento da violência urbana e da desigualdade social.

De forma geral, essa população foi sendo composta por cidadãos que se deslocavam do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida. No mesmo período da industrialização, iniciou-se a construção de Brasília, no Planalto Central brasileiro, região do interior, que até então era povoada por pequenas comunidades indígenas. Quando Brasília começou a ser construída em 1956, após a aprovação da Lei federal nº 2.874 que concedia a autorização para a mudança da capital do Brasil, foram convocados milhares de trabalhadores para a construção civil, e para suprir as necessidades da nova capital vieram comerciantes de vários tipos de serviço.

No caso de Brasília, houve sim um planejamento prévio das pessoas que vieram, mas também vieram pessoas fora do planejado que foram se aglomerando no entorno de Brasília, oferecendo mão de obra mais barata para a classe política que se consolidava na capital. De acordo com dados demográficos, foi feito um estudo, em 2004, pelo Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional (IBRASE), no qual mostra a explosão demográfica que acometeu o DF:

O projeto inicial de Lúcio Costa previa que a população de Brasília atingiria cerca de 500mil habitantes no ano 2000. Quatro décadas se passaram e, ao longo delas, o Distrito Federal passou por profundas transformações no plano urbanístico e sócio-econômico. A implantação de Brasília previa que sua expansão se faria através de cidades-satélites, mantendo-se, entre a capital e estes núcleos habitacionais, uma larga faixa verde destinada a uso rural. Assim, em 1960, a população do Distrito Federal, contabilizada em 154,7 mil habitantes, estava distribuída em seis localidades: Brasília, Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina e Núcleo Bandeirante. Em 1970, já havia cerca de 598,9 mil pessoas morando no Distrito Federal, agora distribuídas em sete localidades, considerando-se a inclusão de Brazlândia. Em 1980, o Distrito Federal, além de Brasília, contava com mais 10 cidades-satélites, uma vez terem sido criadas as cidades satélites de Ceilândia, Guará e Cruzeiro. A população nesse ano já atingia 1.176,9 mil habitantes. No ano 2000, a denominação de cidade-satélite já não existia, dando lugar às Regiões Administrativas, que totalizavam 19, com o ingresso de Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte e Candangolândia. A população recenseada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para esse ano no DF totalizou 2.051,1 mil moradores. (IBRASE, 2004:05)

Como mostrado nos dados do IBRASE, Brasília sofreu uma explosão demográfica e a população continua aumentando até os dias atuais, isso leva a crer que com o aumento populacional também aumentam as desigualdades sociais e por

consequência o contingente da população em situação de rua. Diante dessa realidade surge a Política Nacional Para a População em Situação de Rua, como já falado no capítulo anterior, que corrobora com a garantia de direitos dessa população visando amenizar essas disparidades.

Em 2011 o projeto *Renovando a Cidadania*<sup>20</sup> realizou uma Pesquisa sobre a População em Situação de Rua do Distrito Federal. Foi uma parceria entre o Programa Providência de Elevação da Renda Familiar e pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), no qual o objetivo foi trazer informações sobre esse contingente, visto que, existem poucos estudos nessa categoria tornando essa pesquisa um desafio ainda maior para os pesquisadores. Portanto, tal pesquisa teve que recorrer a estudos realizados anteriormente e novas observações feitas por pesquisadores da própria equipe.

Essa pesquisa realizou um mapeamento das áreas de concentração da população em situação de rua do DF. Durante a pesquisa foram encontradas 319 crianças, 221 adolescentes e 1972 adultos, totalizando 2512 pessoas em situação de rua no DF. Desse total, 1597 responderam ao questionário elaborado pelos pesquisadores. A maior parte dessa população é do sexo masculino (74,6%); 40,2% se declararam pardos, 40,4% negros e 16,5% brancos.

A maioria da população em situação de rua está em Águas Claras (27%) devido ao Albergue Conviver (Albercom), em seguida Plano Piloto (25,1%) e Taguatinga (10,7%). A pesquisa contemplou a variável por idade: 31 a 40 anos (30,2%), 22 a 30 anos (29,4%), 41 a 50 anos (20%) e pessoas idosas, acima de 60 anos(4,2%). A maioria dos adultos veio de outros estados à procura de trabalho para conseguir melhores condições de vida e em suas cidades de origem não se encontravam em situação de rua.

Grande parte dessa população veio de outros estados e ao migrarem para o DF interromperam seus estudos por vários motivos, mas dentre eles está a impossibilidade de fazer a matrícula na escola por não ter um endereço fixo (10,3%) mas ainda assim 81,9% dos adultos entrevistados declara saber ler e 82,2% saber escrever. O método contraceptivo mais utilizado é a camisinha /preservativo (51%). Mais da metade dos participantes da pesquisa trabalharam com carteira assinada antes de estarem em situação de rua, porém atualmente a grande maioria encontra-se inserida no mercado informal, sem carteira assinada.

---

<sup>20</sup> O Projeto *Renovando a Cidadania* faz parte de uma parceria do Programa Providência de Elevação da Renda Familiar juntamente com pesquisadores da Universidade de Brasília, e teve por objetivos realizar um censo da população de rua do DF, identificar o perfil dessa população bem como mapear as entidades que interagem com esse público.

Ainda segundo dados da pesquisa Renovando a Cidadania (2011), cerca de 76,4% dos adultos em situação de rua, atualmente, não tem acesso a nenhuma política social. Os que tem acesso utilizam os restaurantes comunitários (19,8%), recebem os benefícios do Bolsa Família (15,2%), aposentadoria (6,8%) e 4,6% recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Esses dados são importantes para quebrar a lógica do senso comum que acredita que essa população, por viver nas ruas, é analfabeta e ainda assim recebe vários tipos de benefícios do governo. De acordo com a referida pesquisa, um dos grandes problemas encontrados na população pesquisada foi a falta de documento de identidade, título de eleitor ou carteira de trabalho, realidade que dificulta o acesso dessas pessoas às políticas sociais e põe em xeque sua condição de cidadão legal.

Outro dado do estudo é a questão do uso de drogas, que é frequente entre essa população principalmente os adultos, sendo as mais comuns o cigarro, o álcool, a maconha e o crack. Vários fatores contribuem para que isso ocorra, tais como frio, fome, medo, o preconceito e discriminação sofridos por esses indivíduos dentre outros.

85,8% dos adultos em situação de rua afirmaram usar drogas. Destes, 41,4% fazem uso apenas de drogas lícitas (cigarro e bebidas alcoólicas) e 44,4% consomem drogas ilícitas, podendo fazer uso de drogas lícitas concomitantemente. As drogas mais utilizadas são cigarro (30,6%), bebida alcoólica (26,1%), maconha (12,5%), e crack (9,2%). O alto índice de adultos em situação de rua que consomem álcool e/ou outras drogas, especialmente quando comparado ao de adolescentes (44,5%), pode ser explicado pelo maior tempo de exposição do primeiro à situação de rua. O frio, o medo, a fome, o sofrimento causado pelo preconceito e pela discriminação, são fatores determinantes para o consumo destas substâncias. Ademais, além de encontrarem nestas uma fuga (temporária ou permanente) da realidade experimentada em seus cotidianos, algumas drogas são mais baratas e mais acessíveis do que alimentos.(BRASIL,2011:87)

É importante explicitar que o projeto Renovando a Cidadania (2011) foca mais o estudo no público das crianças e adolescentes, contudo mostra também como vive a população em situação de rua no Distrito Federal com dados qualitativos e quantitativos, o que se torna muito importante tendo em vista a falta de pesquisas oficiais sobre o contingente na capital do país.

### **3.2 A Rede de Serviços para a População em Situação de Rua no DF.**

A partir do estudo realizado pelo *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013) , é possível compreender como são as redes<sup>21</sup> de serviços para a população em situação de rua e suas dimensões políticas, técnicas e éticas. A dimensão política compreende o comprometimento dos gestores públicos para um atendimento adequado dos usuários do serviço assegurando que políticas, decretos, portarias e leis sejam postas em prática, levando em consideração também a questão da participação social na qual se faz valer a democracia participativa, por meio dos movimentos sociais, conselhos gestores e fóruns que tem o papel de acompanhar e avaliar se as políticas estão sendo implementadas.

A dimensão técnica diz respeito às articulações que são realizadas pelos serviços já existentes, compreendendo as necessidades dos usuários e sempre procurando atender as demandas. E por fim a dimensão ética deve levar em consideração o respeito e a história de vida de cada usuário, em linhas gerais o respeito aos direitos humanos de cada um.

É importante compreender a dinâmica dessas dimensões para entender o papel das políticas voltadas para a população em situação de rua, pois uma rede de serviços para essa população deve conseguir juntar serviços distintos de diversas políticas para o atendimento integral potencializando as iniciativas coletivas.

Ainda de acordo com *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013) para atender aos usuários dessa rede, foram criados dois níveis principais de proteção social: a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que por sua vez, possui duas vertentes: a Média e a Alta Complexidade. A Proteção Social Básica (PSB) vem para, segundo a PNAS (2005), prevenir as situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, destinado à população em situação de vulnerabilidade social, em decorrência da pobreza, privação, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos relacionais (discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiências).

Os serviços, projetos e benefícios da rede de proteção básica são desenvolvidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Já a Proteção Social Especial (PSE), destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos

---

<sup>21</sup> Compreende-se aqui, em referência ao *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013), que Rede de Serviços para a população em situação de rua compreende um conjunto de serviços públicos e da sociedade civil que se entrelaçam e se organizam numa disposição tal que é capaz de atender os indivíduos e grupos em suas mais variadas necessidades.

direitos tenham sido violados ou ameaçados. Diferente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva.

As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o poder judiciário, Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

Na PSE, estão inseridos os Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS. A população em situação de rua foi inserida como população prioritária para atendimento por meio da aprovação da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que inclui na LOAS o atendimento especializado a essa população.

Em 2009, foi aprovada no Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que prevê um serviço especializado para o atendimento da população em situação de rua, desenvolvido no Centro Pop , além de equipes de Abordagem Social e Serviços de Acolhimento Institucional. Tais serviços previstos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais atendem ao Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua que já foi abordado no capítulo anterior.

De acordo com projeto Renovando a Cidadania (2011), em sua fase inicial foi realizado um levantamento no qual se constataram 55 instituições<sup>22</sup> de abrigo que

---

<sup>22</sup> Para a realização do levantamento das instituições que atendem pessoas em situação de rua no Distrito Federal foram realizadas consultas ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e à Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest/GDF). Na primeira triagem foram encontradas 55 instituições, a saber: Albergue Conviver (Albercon); Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia (AEC); Abrigo Reencontro (Abrire); Aldeia SOS; Associação Católica Nossa Senhora de Fátima; Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA); Associação para Auxílio à Maternidade, à Infância e à Adolescência (AMAI); Associação Assistencial de Santa Maria; Casa Fraterna Bom Samaritano (Casa dos Irmãos - Toca de Assis); Casa de Ismael; Sociedade Obras Sociais Boa Árvore; Associação Creche Cantinho da Crianças; Associação das Pioneiras Sociais (APS/ Hospital Sarah); Associação Pró-Vidas; Casa da Criança Ana Maria Ribeiro (CRIAMAR); Casa de Acolhida São Vicente de Paulo; Casa de Apoio Santo André; Casa de Passagem Adulto (Casa do Migrante); Casa de Passagem Feminina (Casa Flor); Casa de Passagem Masculino; Casa de Recuperação Tenda da Libertação; Casa Transitória de Brasília; Centro Comunitário Imaculada Conceição (CEICON); Centro de Ensino e Reabilitação (CER); Centro de Integração e Libertação de Vidas; Centro de Recuperação Filho Pródigo; Centro de Recuperação Leão de Judá; Centro de Recuperação Jesus é o Caminho, a Verdade e a Vida; Centro de Recuperação Reviver; Centro de Recuperação e Apoio ao Preso e ao Egresso (CERAPE); Centro de Reintegração Deus Proverá (CRDP); Comunidade Terapêutica Fazenda Senhor Jesus (SERVOS); Giração; Grêmio Espírita Ataulpa Barbosa Lima (GEABL); Grupo Luz e Cura; Instituto Exército de Cristo; Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH); Instituto Fênix; Lar da Crianças Padre Cícero; Lar dos Velhinhos Bezerra de Menezes; Lar Infantil Chico Xavier; Mansão Vida; Missão Vida; Missão Resgate; Nosso Lar; Obras Assistenciais Centro Espírita Irmão Jorge; Obra Assistencial

atendiam pessoas em situação de rua, mas como não seguiram um padrão muito claro, uma nova triagem foi feita e a pesquisa adotou como número final 11 instituições.<sup>23</sup>

A partir da concepção da rede de atenção à população em situação de rua em Brasília é possível compreender quais são as políticas sociais para esse público que são implementadas no distrito federal<sup>24</sup>:

- Albergue Convier (Albercom) localizado em Águas Claras, que surgiu em 1991 pela SEDEST e tem por objetivo oferece lugar aos indivíduos que se encontram em situação de desabrigo, como vítimas de calamidades, migrantes que buscam no DF tratamento de saúde, trabalho, pessoas em situação de rua, entre outros. O Albercom funciona 24 horas por dia em regime de plantão e foi criado para oferecer ações de inclusão social. O local oferece abrigo por 15 dias prorrogáveis pelo mesmo período para aqueles que estão em tratamento de saúde. Tem capacidade para atender 700 pessoas.
- Escola de Meninos e Meninas do Parque, localizada no parque da Cidade que fica no Plano Piloto região central de Brasília. Essa escola surgiu em 1995 e tem por objetivo Garantir o direito à escolarização de crianças, adolescentes, jovens e adultos que se encontram em situação de rua ou em instituições de acolhimento, proporcionando a reintegração escolar e a convivência familiar e comunitária dos estudantes por meio dos processos de ensino e de aprendizagem levando em consideração a história de cada um, suas possibilidades e limitações para o aprendizado.
- Consultório na Rua localizados no Plano Piloto, Taguatinga e Ceilândia. Antes da implementação do Consultório na Rua tinha-se no DF o Consultório de Rua ligado ao CAPS, pois era regido pelo Ministério da Saúde e a Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, e havia também o Estratégia Programa Saúde da Família sem Domicílio ESF-sem domicílio. A partir das Portarias nº: 122 e 123 de 25

---

Associação Espírita Portal da Luz; Obras de Promoção e Assistência à Criança e ao Adolescente (Nosso Lar/CENOL); Obras Sociais do Centro Espírita Fraternidade Jerônimo Candinho; Obra Social Nossa Senhora de Fátima; Serviço Integrado de Amparo e Orientação (SIÃO); SOS Criança; Sociedade de Instrução e Assistência Social; Sociedade Assistencial Obreiros de Rua; Casa de Apoio TRANSFORME – Ações Sociais e Humanitárias.(BRASIL,2011:23)

<sup>23</sup> São elas: Obra Assistencial Associação Espírita Portal da Luz; Casa de Apoio Santo André; Missão Vida; Missão Resgate; Casa Transitória de Brasília; Aldeia SOS; Casa de Passagem Feminina (Casa Flor); Casa de Passagem Adulto (Casa do Migrante); Abrigo Reencontro (Abrire); Albergue Conviver (Albercom) e Giração.(BRASIL,2011:24) É importante lembrar que o Centro Pop foi inaugurado em 2012, por tanto não é mencionado na Pesquisa que é de 2011.

<sup>24</sup> Para esse trabalho considerarei como os programas principais do DF: Albergue Convier (Albercom) Escola de Meninos e Meninas do Parque (parque da Cidade, Plano Piloto), Consultório na Rua (, Cidade Acolhedora e o Centro Pop. Uma tabela referente a essas políticas se encontra em anexo 1.

de Janeiro 2012 deixaram de existir, e da junção dos programas originou o Consultório na Rua que abarca o público alvo de ambos os programas extintos<sup>25</sup>.

- Cidade Acolhedora- Serviço de Abordagem Social , surgiu em 2013, é um serviço conveniado do governo do DF com a SEDEST e tem por objetivo ir até as pessoas em situação de rua por meio itinerante e garantir apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de rua em todo o DF.<sup>26</sup>
- Centros Pop's de Brasília e Taguatinga.

### 3.3 Análise dos dados do Centro Pop.

Nesse tópico será tratado o significado do centro pop como instituição e também a percepção da assistente social entrevistada, contudo vale salientar que na fase de coleta de dados surgiu a importância de mostrar como funciona uma política que tenha o foco na situação de rua, e para tanto se fez necessário uma entrevista com uma assistente social<sup>27</sup>, para sanar dúvidas quanto ao regimento da instituição bem como sua opinião acerca do centro pop.

Pode-se dizer que essa entrevista teve o intuito de esclarecimento o que acabou se tornando um estudo de caso<sup>28</sup>, pois a partir do arcabouço legal e as políticas para população em situação de rua foi possível verificar como ela se transforma no cotidiano do centro pop.

A entrevista foi realizada em Maio de 2014 em um dos centros pop's do Distrito Federal, durou cerca de uma hora e meia e não houve problemas quanto à ida ao local nem na entrevista, pois, a assistente social, bem como demais membros da equipe presentes foram solícitos e cordiais. O espaço físico do centro pop é amplo e arejado,

---

<sup>25</sup> No DF não existem mais o ESF-sem domicílio nem o Consultório de Rua, mas em outros estados do Brasil ainda existem esses programas.

<sup>26</sup> De acordo com a SEDEST O Cidade Acolhedora- Serviço Especializado de Abordagem Social, possibilita à população em situação de rua os alguns benefícios como: encaminhamento para a rede socioassistencial, acesso à documentação civil, inclusão no Cadastro para Programas Sociais; acesso a benefícios de transferência de renda, entre outros. Cada uma das 28 equipes (sendo 14 por dia) é composta por um Assistente de Coordenação ou Chefe de Equipe (preferencialmente Assistente Social), dois Orientadores Sociais, um Facilitador (pessoa que já vivenciou a situação de rua) e um motorista. Os facilitadores têm como principal objetivo a criação de vínculos dessa população com a equipe técnica. As equipes utilizam, para o serviço de abordagem, um veículo tipo Kombi. O acolhimento é realizado em cinco unidades, sendo três imóveis no Gama, um em Taguatinga e um em Sobradinho.

<sup>27</sup> Nesse tocante foi preferencial o profissional do Serviço Social, pois é a profissão da qual estou graduando e em seu cerne está uma visão crítica acerca de políticas sociais.

<sup>28</sup> Pode-se dizer que o estudo de caso tem a capacidade de averiguar um fenômeno contemporâneo a partir do seu contexto real. De acordo com Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados, e isso se dá de forma exploratória, descritiva e analítica.

com certo aconchego, e passa a quem visita uma sensação de calma. Na entrada da instituição a equipe de segurança realiza uma revista nos usuários, e é um procedimento comum dos centros pop's.

Ao andar pela instituição foi possível conhecer onde os usuários guardam seus pertences, e ao fazê-lo assinam um livro o qual também passam a se certificar das regras de uso e convivência do local. Depois passam para a recepção onde é feito o cadastro único dos usuários para os programas sociais. O centro pop tem uma parceria com a secretaria de saúde e lá mesmo funciona um Consultório na Rua com uma equipe multiprofissional de: Médico, enfermeiro, técnico em enfermagem, psicólogo e assistente social.

Como na assistência social, a saúde é um direito constitucional e para tanto é necessário que haja políticas para a população em situação de rua. O Sistema Único de Saúde (SUS), instituído por meio da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis federais n.º 8080/90 e n.º 8.142/90, Leis Orgânicas da Saúde, tem a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, de forma gratuita. Nesse âmbito o Ministério da Saúde apresenta para esse recorte o Manual Sobre o cuidado à Saúde junto à população em situação de rua, que foi lançado em Brasília em 2012, em conjunto com a Secretaria de Atenção à Saúde e o Departamento de Atenção Básica.

Este manual inaugura um novo marco na atenção à saúde da População em Situação de Rua (PSR) no Sistema Único de Saúde (SUS). Em que se pretende ampliar o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde dessa população. Sendo a atenção básica um espaço prioritário para o fortalecimento do cuidado e a criação de vínculo na rede de atenção à saúde, possibilitando sua inserção efetiva no SUS, tendo como porta de entrada prioritária na Atenção Básica (AB) as equipes do consultório de rua.(BRASIL, 2012)

Por meio dessa política o Ministério da Saúde promove a garantia de acesso dessa população a outras possibilidades de atendimento no âmbito do SUS, com a implantação dos Consultórios na Rua. Anteriormente existiam dois programas para a população de rua: Consultório de Rua- Equipe Itinerante com foco no atendimento em Saúde Mental e ESF Sem Domicílio (Estratégia saúde na Família sem Domicilio), com equipes específicas para atenção integral à saúde da população em situação de rua, dos quais houve uma junção e se tornou o Consultório na Rua que é composto por equipe itinerante e tem o objetivo de promover a atenção integral à saúde dessa população.

A Política Nacional de Atenção Básica – PNAB/Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, existe para garantir a saúde a todos. Essa política caracteriza a atenção básica como um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades.

Segundo o Ministério da Saúde a atenção básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral, sendo o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde, orientando-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e do acompanhamento longitudinal, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Diante dessa realidade, os Consultórios na Rua (CnaR), instituídos pela PNAB, integram o componente atenção básica da Rede de Atenção Psicossocial e, de acordo com o Manual Sobre o Cuidado à Saúde junto a População em Situação de Rua (2012), devem seguir os fundamentos e as diretrizes definidos na PNAB e buscar atuação frente aos diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua, inclusive na busca ativa e cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas.

De acordo com o Manual Sobre o Cuidado à Saúde junto a População em Situação de Rua (2012) os Consultórios na Rua devem ser formados por equipes multiprofissionais<sup>29</sup> e as atividades devem ser realizadas de forma itinerante desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde (UBS). Esses consultórios, por lidarem com diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua, têm que desenvolver ações compartilhadas com as equipes dos CAPS (Centro de atenção Psicossocial) e serviços de Urgência e Emergência, conforme a demanda.

---

<sup>29</sup> **Multiprofissional:** quando existem profissionais de diversas disciplinas atendendo ou não um mesmo indivíduo. As trocas entre essas disciplinas são limitadas a informações pontuais e não interferem no trabalho dos demais que estão fechados em seu nicho profissional. **Interprofissional:** neste caso os profissionais trocam entre si segundo suas disciplinas e essas trocas interferem no trabalho dos outros profissionais a medida que amplia a compreensão do usuário entre eles. **Transprofissional:** Este é o mais alto nível de interação entre os profissionais de uma equipe. Os profissionais conhecem por conta de suas trocas constantes e efetivas as percepções uns dos outros, bem como as ferramentas mais adequadas para a intervenção. Ao final o que se tem é uma compreensão singular e completa do usuário.

No centro pop além do espaço para o Consultório na rua existem outras salas para o uso de diferentes modalidades como o espaço de convivência no qual se realizam oficinas e grupos, os quais são abordados diferentes temas dependendo de qual profissional venha a acompanhar. Há também uma lavanderia, banheiros e espaços comuns onde os usuários gostam de ficar e como o espaço no centro pop é amplo eles por vezes praticam atividades ao ar livre.

### **3.3.1 O Centro Pop e a Percepção da Assistente Social entrevistada sobre essa Política.**

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) e com o Caderno de Orientações Técnicas do MDS (2011), Centro Pop é a unidade que oferece o Serviço Especializado para a população em situação de rua, segundo suas demandas. O Centro Pop busca realizar um acompanhamento sistemático dos atendidos por meio de equipes multidisciplinares, incluindo assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, pedagogos entre outros.

O objetivo principal do centro pop, de acordo com suas diretrizes, vai além de retirar essas pessoas das ruas, ou seja, facilitar a vida delas nesse meio, visando à garantia dos direitos sociais, realizando encaminhamentos para serviços da saúde, educação, trabalho, moradia, cultura, previdência social, Defensoria Pública, órgãos do poder judiciário, entre outros.

“Nós atendemos a população na demanda deles, basicamente fornecemos orientação sobre as políticas, e também ajuda para acessar as políticas, os serviços de saúde, assistência, de habitação. Por exemplo, a pessoa chega com demanda de parar de usar alguma substância psicoativa, daí a equipe vai trabalhar pra isso, fazendo os encaminhamentos necessários, além do acompanhamento pra acompanhar esse processo, dos progressos, e ajudar junto com essa pessoa traçar estratégias, para atingir seus objetivos, pra isso geralmente, é feito um plano individual de acompanhamento. Depende da demanda de cada um, tem os que querem sair da rua, então é traçado, desde o início, o plano de acompanhamento, e isso também é relativo, pois tem os que não querem sair da rua. Essa população antes de conhecer como funciona o serviço já pensa que é para tirar eles da rua, e não é bem assim, os que quiserem sair da rua, por que consideram um espaço de risco, por que não querem mais ficar na rua, nós auxiliamos, já os que não querem a gente ajuda em outras demandas, como orientações, para reduzir possíveis violações que ele vá sofrer na rua, visto que, estar na rua já é uma violação.” (Assistente Social Centro Pop)

No Distrito Federal a unidade Centro Pop Brasília foi inaugurada em julho de 2012, sendo parte do Plano DF Sem Miséria e da Política do Governo do Distrito Federal para população em situação de rua. O Centro Pop é próprio da SEDEST e atua em complementaridade ao Consultório na Rua. Outro Centro Pop foi inaugurado em Taguatinga, em abril de 2013.

“O Centro Pop, surgiu a partir da mobilização, do próprio Movimento Nacional De População de Rua, além de pesquisas voltadas a isso, umas das referências é a pesquisa da Camila Potyara. E também da política, a partir da mobilização, das pesquisas, foram surgindo as lutas, e a partir daí foram criadas políticas como o centro de referência especializado em população em situação de rua, bem como outros existentes no DF. Os Gestores foram visitar os Centros Pops de outros estados para auxiliar na implementação no DF.” (Assistente Social Centro Pop)

A Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e o MDS lançaram em 2011 as *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop*, no qual abrange como deve ser a estrutura e como deve ser um Centro Pop. Em cidades onde não houver demanda não serão implantados Centros Pops, o trabalho deverá ser feito pelo CREAS.

Nesses casos, o CREAS não será substitutivo do trabalho social desenvolvido no Centro POP, mas poderá ofertar acompanhamento especializado, na localidade, às pessoas em situação de rua, visando prevenir agravamentos das situações de risco pessoal e social e possibilitar a construção do processo de saída das ruas, por meio de intervenções em rede.(BRASIL, 2011:41)

Segundo a Assistente Social do Centro Pop quando a instituição começou a funcionar a própria equipe do Centro Pop ia às ruas fazer a abordagem e levar os usuários ao atendimento, mas a SEDEST se conveniou a uma empresa que se chama Cidade Acolhedora que realiza esse papel. Essa equipe do Cidade Acolhedora é composta por profissionais de nível médio, o que não caracteriza uma equipe especializada

“Na época do NUASO, do núcleo de abordagem social,nós fazíamos mais abordagens,por que geralmente,nós íamos até eles. Com o Centro Pop,como eles chegam aqui,a gente não faz as abordagens,o serviço de abordagem que estava aqui não está mais. Esse serviço era importante pois haviam psicólogos e assistentes sociais, que abordavam essa população na rua, e traziam as demandas, pois havia relutância de algumas pessoas em procurar o serviço então íamos até elas. Como o serviço de abordagem foi extinto aqui no Centro Pop

ano passado, passou a ser um serviço conveniado, infelizmente. Se chama agora Cidade Acolhedora”. (Assistente Social do Centro Pop)

Segundo a Assistente Social do Centro Pop e também contido em *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013), na época da implantação do Centro Pop, houveram reuniões com a Rede Social (grupo composto por órgão da administração pública e entidades da sociedade civil, que se autorregula, sem hierarquia nem coordenação), com o Núcleo de Enfrentamento ao Crack da Secretaria de Segurança Pública do DF, indicando uma parceria que acontece ainda hoje, e com o Conselho de Segurança Pública para a construção e apresentação desse novo serviço; além de uma capacitação dos servidores da segurança pública executada pela parceria da SEDEST com a SDH.

O Centro Pop oferece atividades educativas voltadas para o fortalecimento comunitário e a sociabilidade, com o objetivo de possibilitar novos projetos de vida. Além do atendimento por equipe de educadores, assistentes sociais e psicólogos, o Centro Pop é também espaço de guarda de pertences, de higiene pessoal e lavagem de roupas. Quando visitei a Instituição pude observar todos os espaços.

O acolhimento inicial se dá por meio da tríade:

1º - Cadastro;

2º - Apresentação dos espaços;

3º - Atendimento individual.

De acordo com *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013) a equipe do Centro POP, em menos de um ano de atuação, realizou cerca de 1250 cadastros; atende por volta de 300 pessoas mensalmente; e 80 pessoas têm acompanhamento especializado. Cabe enfatizar que a procura pelo serviço é espontânea e aberta a toda população do DF.

A rotina do Centro Pop, de acordo com a assistente social e também confirmado pelo *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013), ocorre dessa maneira:

- Funcionamento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h;
- Revista na guarita, por integrante da equipe (servidor público) e vigilantes. Segundo a equipe, a revista é um procedimento tranquilo, construído com os usuários e foi pensada

para prevenir possíveis brigas e/ou porte de armas e substâncias psicoativas dentro da unidade; Quando perguntada se os usuários se incomodam com a revista a resposta foi:

Ficam incomodados mas na verdade foi uma demanda deles na assembléia no início do Centro Pop, visto que os que vem aqui hoje são todos que vinham no início do Centro Pop, alguns são outros não. Algumas pessoas ficam agitadas por causa da revista daí quando a reclamação chega a mim, eu explico a origem da revista, que foi reivindicado previamente em assembléia no início do Centro Pop, no início da construção das regras, e os próprios usuários que pediram revista, por causa de rixas que poderiam ter uns com os outros e para preservar o Centro Pop como um espaço de proteção, e não de risco. Por exemplo espaços como o banheiro no qual eles ficam mais vulneráveis, portanto a importância da revista. (Assistente Social do Centro Pop)

- Usuário deve apresentar documento ou Boletim de Ocorrência, ou ainda acessar a equipe técnica para providenciar a documentação. Esse procedimento, foi acordado em assembléia com os usuários, passando a fazer parte do trabalho de educação social e conquista de direitos. É importante atentar para esse procedimento de entrada, pois ele pode afastar alguns usuários que estão mais resistentes à vinculação à unidade. Sobretudo o procedimento da obrigatoriedade da apresentação do boletim de ocorrência pode afastar o usuário, caso suas questões com sua identidade (deflagrada pela documentação) e/ou com a polícia possam afastá-lo do atendimento.
- Cadastramento na recepção, onde o usuário recebe os materiais para banho e lavagem de roupa;
- Construção de novos projetos de vida, entre usuários e equipe;
- Oferta de oficinas distribuídas nos dias da semana, de acordo com as seguintes opções: Grafite, Música, Teatro, Redução de Danos, Oficina de Mulheres; Autocuidado; Alcool e outras Drogas; Cine Pop; Horta (Fitoterápicos e Chás)

Já teve oficina de horta, de hip hop, grafite, inclusive aquele grafite foi feita pelo oficineiro, ele usa o espaço, uma pessoa que usa o espaço Centro Pop, teve oficina de xadrez, que foi feita por uma das pessoas que foi contratada pelo Projeto Cidade Acolhedora depois, que era inclusive estudante da UNB. Tiveram diversas oficinas, mas nem todas deram certo, a oficina de xadrez foi com um grupo bem pequeno, mas ela durou muito pouco, pois o próprio oficineiro não estava disponível pra fazer. Dependia-mos desse oficineiro, pois era um projeto dele. Outras oficinas enchiam no primeiro momento, mas depois as pessoas não tinham mais interesse. A oficina de horta, que foi uma oficina que foi pedida numa assembléia que teve aqui, as pessoas deram sugestões de oficinas de coisas que eles queriam, e aí a gente tenta ir atrás dessas oficinas, aí a de horta no final a adesão não foi tão boa, no fim tinha umas três pessoas, ou seja, é difícil a permanência deles nas oficinas. Essa dificuldade pode ser explicada por problemas às vezes com

horários, às vezes pelo fato esquecer o dia, pois eles não estão acostumados a cumprir horário. (Assistente Social do Centro Pop)

- Ida à Escola de Meninos e Meninas do Parque (o Centro Pop da Asa Sul os leva de ônibus para a aula)
- Atendimento com psicólogo e assistente social. Os encaminhamentos feitos pela equipe são, entre outros:
  - Vagas para cursos no Pronatec;
  - Documentação no *Na hora*<sup>30</sup>;
  - Encaminhamento para Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). O trabalho tem ampla intersetorialidade com a equipe do Consultório na Rua, visto que a população em situação de rua acessa muito esse serviço, que virou referência. Também há parceria do Consultório na Rua com a equipe de Abordagem Social do Centro POP, com um cronograma fixo de Abordagem Social.
    - Defensoria Pública;
    - Sistema Nacional de Emprego (SINE) – na Agência do Trabalhador;
    - CREAS, para continuidade do trabalho com a família, reintegração familiar, retorno à cidade de origem, etc.;
    - CRAS (programas de transferência de renda). Ainda de acordo com a assistente social do Centro Pop e os estudos realizados pelo *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013) há um relato de que os servidores públicos dos CRAS que expressam dificuldade em atender a pessoa em situação de rua para a realização do cadastramento único, reencaminhando a pessoa para o Centro Pop. A solução seria uma sensibilização desses servidores, com possíveis intercâmbios entre as equipes, capacitações, trocas de experiências e visitas às unidades para conhecimento do trabalho, sobretudo para que a própria política de assistência social não reforce os estigmas e o preconceito que a população em situação de rua sofre em seu dia-a-dia;
    - Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, em casos de violações de direitos;
    - Centro de Referência em Direitos Humanos, que encaminham muitos casos para o Centro Pop e vice-versa;

---

<sup>30</sup> Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão- Na Hora DF.

- Conselho Distrital de Assistência Social, para discussão de políticas públicas e controle social. Quando o Centro POP não está atendendo, é orientado que em casos de emergência e calamidades, os usuários procurem a Unidade SUAS.

Todo o trabalho realizado pela equipe do Centro POP é registrado em relatórios das vivências e dos atendimentos. Algumas dificuldades foram vivenciadas no processo de constituição do Centro Pop. No início, houve certa confusão entre o papel da assistência social e da segurança pública, que foram sendo conversadas e resolvidas mediante conversas e capacitações.

Quanto ao atendimento a crianças e adolescentes a Assistente Social falou:

“Nós atendemos, somente quando elas estão com a família, crianças e adolescentes desacompanhados não podemos atender, a gente atende famílias, indivíduos e famílias, ao é atendido aqui, justamente por que eles não têm quem acompanhem eles aqui dentro, pois eles estariam em risco aqui dentro, pra usar os espaços do banho, eles ficarem sozinhos não é o ideal, então quem atende essas crianças e a Unidade De Acolhimento para crianças e adolescentes em situação de rua. Quando crianças ou adolescentes chegam aqui nós acolhemos , pra encaminhar, mas a gente não permite que as crianças fiquem na unidade. Acabamos acolhendo pois não tem como deixar lá na frente desamparado então nós acolhemos e encaminhamos para os Conselhos Tutelares, e demais encaminhamentos, unidades de acolhimento quando é o caso.”(Assistente Social do Centro Pop)

*Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013) faz uma reflexão acerca desse impasse que merece atenção dos gestores públicos de todas as esferas de governo. É necessária a construção e uma política pública para crianças e adolescentes em situação de rua pela política de assistência social. Apenas os serviços de acolhimento institucional não dão conta da complexidade dessa demanda e da garantia de seus direitos.

Em *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa* (2013), de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, essa faixa etária é prioridade de atenção por parte da família, da sociedade e do Estado. O Conselho Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA) é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que junto à sociedade civil, precisa levantar a pauta da garantia de atendimento aos meninos e meninas de rua<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Segundo o Projeto Renovando a Cidadania (2011), no DF foram contabilizados 221 adolescentes em situação de rua, que se concentram nas seguintes RAs: 39% em Brasília (sendo, 30,1%

Por meio da entrevista pode-se perceber que o centro pop segue a normativa do MDS, levando em consideração as particularidades do DF. Na visão da assistente social se confirmou a suposição inicial desse trabalho de que faltava incentivo do governo na implementação de políticas para a população em situação de rua. A falta de visibilidade do governo para com Centro Pop é grave e afeta as atividades básicas de atendimento.

“O governo tem muita deficiência em recursos humanos, em recursos materiais e estrutura. O Centro Pop é uma unidade nova, e que já passou por uma reforma, que depois da reforma já teve problemas, então, isso é prejudicial, até pras próprias oficinas que tentamos fazer.(...) se por exemplo tentamos fazer um lanche “melhorzinho”, pra algum evento, pra algum grupo, oficinas, existe essa dificuldade, e acaba por sair do nosso bolso, o que não é o ideal” (Assistente Social do Centro Pop)

Quando perguntada sobre sua percepção, se o Centro Pop atingia o público alvo a assistente social falou:

De modo geral atinge, mas tem muitas coisas que precisam ser repensadas e mudadas, pois tem muito a melhorar, tanto nas atividades realizadas com os usuários quanto no incentivo governamental para esse segmento. Há uma falta de estrutura e de recursos humanos o que prejudica a oferta da política, ou seja, tem que ter um maior incentivo. O Centro Pop não consegue atingir a demanda que é muito maior que a oferta do serviço.(Assistente Social do Centro Pop)

Na opinião da assistente social entrevistada a garantia à educação é primordial para sanar as disparidades que a rua traz para os usuários. Há usuários assíduos do Centro Pop que frequentam a Escola de Meninos e Meninas do Parque, e inclusive chegaram a concluir o ensino fundamental. Isso mostra que o Centro Pop juntamente com a parceria com a Escola possibilita aos usuários uma inserção e convivência a outros espaços que não só a rua.

---

na Asa Norte; 5,7% na Asa Sul e 2,4% na região central), 22,8% em Águas Claras e 8,9% na Ceilândia. A maioria dos adolescentes (86,4%) possui apenas o ensino fundamental incompleto e 59,5% está matriculado na escola. Dos que estão matriculados, 67,1% vão à escola diariamente e 13,2% nunca vão à escola. 63,2% dos adolescentes em situação de rua não trabalham. Dos que trabalham, 34,1% se ocupam da catação ou reciclagem de materiais, 29,3% guardam ou lavam carros e, contrariando o senso comum, apenas 2,4% pedem esmolas. Pouco menos da metade dos adolescentes que trabalham, o fazem durante mais de 7 horas por dia: 48,9%. A idade de ingresso no mundo do trabalho antecedeu os 12 anos em 42,6% dos casos.

Por meio dessa entrevista foi possível perceber que não basta só a boa vontade dos profissionais que atuam no Centro Pop de mudar a realidade da população em situação de rua, o Estado tem que promover a garantia à cidadania por meio do reconhecimento da importância do serviço prestado, e a forma de reconhecer é incentivar com recursos, o que acontece ainda muito precariamente, que é uma realidade presente na maioria das políticas públicas voltadas para as minorias no Brasil. Mas mesmo com esse descaso do Estado para com as políticas sociais, não se deve subjugarlas, pois apesar de todas as dificuldades o Brasil é ainda um país que investe em políticas sociais, mesmo que minimamente. Ou seja, o Estado tem o papel de provedor mas a sociedade civil como um todo tem o papel de pressionar para que essas políticas sejam efetivadas.

O trabalho dos profissionais que atuam no Centro Pop é de extrema importância, principalmente o do assistente social, pois a visão crítica na qual é formado permite uma aproximação real dos debates que já são vistos no estudo na graduação e são colocados em prática na atuação profissional.

É evidente que há uma insuficiência na execução das políticas sociais, o que ocasiona condições precárias em que se encontram a população em situação de rua no DF. Pode-se inferir que essa deficiência contribui para o processo de invisibilização e intensifica a vulnerabilidade desses indivíduos que deveriam ser alvo prioritário dos serviços e políticas públicas e sociais e passam a ficar a mercê da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objeto estudado pode-se inferir de acordo com Silva (2010) que o fenômeno população em situação de rua possui várias determinantes e é intrínseco aos processos de acumulação do capital.

No Brasil, nos últimos 15 anos sua produção e reprodução associam-se aos efeitos da reestruturação produtiva, mudanças nas funções do Estado e financeirização do capital que implicaram a elevação das taxas de desemprego prolongado, queda na renda média real, precarização das relações e condições de trabalho e expansão da superpopulação relativa. A insuficiência de políticas sociais também contribuiu para a sua reprodução. (SILVA, 2010:32)

Quando se fala de política social, tem-se que pensar na prestação de serviços sociais à população de forma organizada. No trabalho do assistente social a relação com os segmentos sociais mais vulneráveis se dá devido às sequelas da questão social que buscam nas políticas sociais, em seus programas e serviços, respostas às suas necessidades mais imediatas.

As condições propícias à profissionalização do Serviço Social (e de tantas outras profissões) foram criadas a partir da crescente intervenção do Estado capitalista nos processos de regulação e reprodução social, por meio das políticas sociais públicas. (RAICHELIS, 2009, p.380).

Por meio dessa pesquisa foi possível inferir que houve sim, em certa medida, um crescimento das políticas sociais para essa população, mas de forma ainda muito incipiente em âmbito nacional, conseqüentemente do DF levando-se em consideração que esse contingente sempre existiu na história do Brasil, e apenas em 2009 com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, vem se dando uma certa atenção por meio de políticas para esse segmento social.

A percepção da assistente social do Centro Pop foi enriquecedora para esse trabalho, pois confirmou os aspectos da política de instauração do Centro Pop, bem como trouxe sua relação diária com os usuários e os desafios enfrentados no cotidiano da profissão.

As pessoas em situação de rua sofrem muitas discriminações e são diariamente subjulgados e humilhados pela maioria da sociedade que não se importa com sua condição de vida, apenas, muitas vezes, ignora esses seres humanos e rotula essas pessoas fazendo com que preconceitos sejam cada vez mais disseminados pelo senso comum.

É importante destacar que, após a instituição da Constituição Federal de 1988, as políticas sociais sofreram alterações positivas e negativas. As positivas foram o simples fato da garantia dessas políticas, mas por outro lado de maneira negativa tem-se a focalização dessas políticas, o pouco investimento do Estado nessa área, a terceirização e mercantilização dos serviços, dentre outros.

E, embora existam as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua, ainda são poucas e incipientes e, estas não são alvo prioritário do Governo, e como consequência disso tem-se políticas focalizadas e seletivas com o objetivo de apenas amenizar determinadas situações, isto é, ter uma atenção paliativa mas sem fazer uma reforma nas bases de todo esse fenômeno.

É inegável a importância do Centro Pop, e apesar de ser uma instituição relativamente nova que possui outras unidades pelo Brasil, falta muito para que seja uma política que integre todos que dela necessitem, pois mesmo com o objetivo de atender à maior parte da população de rua do Distrito Federal em sua própria concepção, pode-se perceber uma demanda reprimida de pessoas que não conseguem alcançar essa política.

Um exemplo é que nas regras do Centro Pop existe a norma que para se cadastrar é necessário um documento de identificação, para que ela possam fazer o cadastro único para benefícios, bem como regra para participar do Centro Pop, como foi mostrado no capítulo 3. Mesmo pessoas que não possuem identidade devem ir numa delegacia registrar um boletim de ocorrência, e isso já afasta parte considerável de usuários, visto que procurar uma delegacia para registrar um BO acarreta desistência dos que possuem alguma pendência com a justiça. Pode-se perceber com isso que a política que acolhe não compreende a fundo como esse grupo é vulnerável e acaba por haver uma restrição de cidadania.

Por fim, foi possível inferir também que por mais que tenham essas políticas no DF ainda são poucas e abrangem poucas pessoas em situação de rua, ou seja, seus direitos fundamentais não estão sendo totalmente garantidos. Os serviços são insuficientes e precarizados isso faz com que as políticas sociais não se concretizem de maneira efetiva e a população em situação de rua fique numa situação de violação de direitos básicos à vida humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maria Magalhães. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol. 28, n.º 01, jan. 2012.

ARANTES, Rogério Bastos. "Judiciário: entre a Justiça e a Política". In: AVELAR, L.;

ARENDRT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp.51-74.

AVRITZER, Leonardo. "Sociedade civil e participação no Brasil democrático". AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Editora Cortez, 2010.

BOBBIO, Norberto. As teorias das formas de governo. Brasília: Editora UnB, 1997. (caps. II, III e IV).

BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 41ª ed. atualizada e ampliada. Brasília: Edições Câmara 2014.

BRASIL. Defensoria Pública do Distrito Federal. Carta de Serviços da Defensoria Pública do Distrito Federal. DPDF, Brasília, Edição 2013. Versão única. 40 p. Disponível em: [http://www.defensoria.df.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/carta\\_de\\_servicos\\_dp\\_df.pdf](http://www.defensoria.df.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/carta_de_servicos_dp_df.pdf). Acesso em: 04/09/2014

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.053/2009, de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm)

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.435/2011, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, 2011a.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para

sua organização nos Estados, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp80.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp80.htm)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua. Brasília, Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – MDS. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social - MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. Pesquisa Nacional sobre a População de Rua. Sumário Executivo. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. “Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal”. SUAS e População em Situação de Rua. Volume I. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. “Perguntas e respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP.” SUAS e População em Situação de Rua. Volume II. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP.” SUAS e População em Situação de Rua. Volume III. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social - MDS. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, Brasília, 2009. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/populacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em 03/10/2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3). Brasília: SDH/PR, 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Revista Direitos Humanos. Nº 08. Janeiro 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 189-127.

CARNOY, Martin. “Marx, Engels, Lenin e o Estado”. Estado e teoria política. Campinas: Papirus, 1990, pp. 63-87.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 7-13; 219-229

CINTRA, A. O. (orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 2007. pp. 81-115

COSTA, Maria Cristina Catilho. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

ESPADA, João Carlos. Direitos sociais de cidadania — uma crítica a F. A. Hayek e R. Plant. Tese de doutoramento do autor na Universidade de Oxford, Julho de 1994, sob orientação do professor Ralf Dahrendorf.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. “Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário”. Apud: SOARES, Gláucio A. D e RENNÓ, Lúcio R. Reforma política: lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 249-280.

GATTI e PEREIRA Bruna Papaiz; Camila Potyara (Orgs.) PROJETO RENOVANDO A CIDADANIA: pesquisas sobre a população em situação de rua do Distrito Federal. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.198p.1. População em situação de rua. 2.Distrito Federal. 3.Censo 4.Cidadania. 5.Condições de vida. 6.Políticas sociais. 7.Proteção Social.

GONTIJO, Daniela Tavares e MEDEIROS, Marcelo. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. *Ciênc. Saúde coletiva* [online]. 2009, vol.14, n.2, pp. 467-475. ISSN 1413-8123.

GOHN, Maria da Glória. “Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina”. Caderno CRH, v. 21, n. 54, 2008, pp. 439-455.

HIRSCHMAN, Albert O. De consumidor a cidadão: atividades privadas e participação na vida pública. São Paulo: Brasiliense, 1993. pp. 84-129 (caps. 5, 6 e 7).

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8<sup>a</sup> ed. São Paulo. Cortez. 1991.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2 ed. São Paulo. Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. In. Revista Temporalis. n. 03 Jan-Jun. 2001. Brasília 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1983. PARTE II – ASPECTOS DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (1930 – 1960).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. In: Revista Temporalis- Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IBRASE– Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional. A economia do Distrito Federal – um estudo analítico dos últimos 10 anos. Brasília: Bárbara Bela Editora Gráfica, 2004. Disponível em: [http:// corecondf.org.br/corecondf/files/2012/03/ibrase.pdf](http://corecondf.org.br/corecondf/files/2012/03/ibrase.pdf)

LENINE, Vladimir Ilitch. O Estado e a Revolução, Capítulo I- As Classes Sociais e o Estado, 1917.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991

MANDEL, Ernest. Teoria Marxista do Estado. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. pp. 9-46.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes- 2010.

MULLER, Pierre & SUREL, Yves. L'Analysedes Politiques Publiques. Paris, Editions Montchrestien, 1998.

MACFARLANE. L.J. Teoria Política Moderna. Brasília: Editoria Universidade de Brasília. 1970. Cap. 1. O indivíduo e a sociedade (pp.19-33)

MARQUES, Danusa. “Democracia e Ciências Sociais no Brasil”. Brasília: Universidade de

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coordenação Nacional de Saúde Mental. Consultórios

de Rua do SUS. Material de trabalho para a II Oficina Nacional de Consultórios de Rua do SUS. Ministério da Saúde/EPJN-FIOCRUZ : Brasília, setembro 2010, 48 p.

MORETO, Marina. A educação e a arte nos entrelugares da rua – uma história de educadores e meninos de rua. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 2011.

\_\_\_\_\_. A educação e a arte nos entrelugares da rua. Educação Temática Digital. Campinas, v.12, n.2, p.122-137, jan./jun. 2011. Disponível em: [http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2304/pdf\\_76](http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2304/pdf_76)

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A reforma partidária de 1979-1980 e o quadro atual”. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, pp. 104-115.

NASCIMENTO, Sueli. Reflexões sobre a Intersetorialidade entre as Políticas Públicas Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

NASCIMENTO, Paulo. “Dilemas do Nacionalismo”. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 56, 2003. pp. 33-53.

NICOLAU, Jairo. “O sistema eleitoral brasileiro”. Apud: AVELAR, L. e CINTRA, A. O. (orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2007, pp. 293-301.

PENTEADO Urbanização e usos do território: as crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campinas Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

PEREIRA, Potyara A.P. Política Social-temas e questões. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

PEREIRA, Camila Potyara. Rua sem Saída- Um Estudo sobre a relação entre o Estado e a população em situação de Rua de Brasília. Ícone Gráfica e Editora, Brasília, 2009.

RAICHELIS, Raquel. O Trabalho do Assistente Social na Esfera Estatal- Serviço Social : direitos sociais e competências profissionais. São Paulo, Cortez, 2009.

RAICHELIS, Raquel. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social- Caminhos da Construção democrática- 5 ed, São Paulo, Cortez, 2008.

RIBEIRO, Mateus Aparecido Godoy. Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: Um Estudo de Caso.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3ª edição revista ampliada. Editora Atlas S.A. São Paulo -1999.

REIS, Fábio Wanderley. “Identidade Política, Desigualdade e Partidos Brasileiros.” Novos Estudos, vol. 87, 2010, pp. 61-75.

RUA, Maria das Graças. “Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos”, 1997, (mimeo).

SCHMITTER, Philippe C. “Reflexões sobre o conceito de política”. Apud: Cadernos da UnB, 2012. s/d. pp. 43-51.

SCHWARTZMAN, Simon. “As Causas da Pobreza”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SELL, Carlos Eduardo. “Ideologias políticas”. Introdução à Sociologia Política. Petrópolis: Vozes, 2006, pp. 51-78.

SILVA, Maria Lucia Lopes Da.. *Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em situação de Rua no Brasil : 1995 – 2005*. Dissertação (Mestrado em Política Sociais). 220 f. Universidade de Brasília: Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. A condição do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil – 1995 a 2005. In: KEMP, V.H. e CRIVELLARI, M. H. (org.). *Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. P.201 a 223.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e População em situação de Rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. A população em situação de rua no Brasil e a luta por políticas públicas ao seu alcance. 2010 (mimeo).

SILVA, Mariana Vieira da. Políticas públicas de saúde: tendências recentes. *Sociologia, Problemas e Práticas* [online]. 2012, n.69, pp. 121-128. ISSN 0873-6529.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. *Questão Social e Serviço Social no Brasil- Fundamentos Socio-históricos*. Editora UFMT. Cuiabá-2008.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 556 a605, dezembro de 2008.

VIEIRA, Evaldo. *Os Direitos e a Política Social*. São Paulo: Cortez, 2004.

WEBER, Max. “A Política como vocação”. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Ed.Cultrix, 1993, pp. 55-69;104-124.

YIN, Roberto K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

## ANEXO 1

Programas	Objetivo	Ano de Implantação no DF e Órgão Executor	Nível (Nacional, Distrital)
<b>Centro Pop</b>	Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; Contribuir para a construção ou reconstrução de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.	2012/SEDEST	Nacional
<b>Consultório na Rua</b>	Seu propósito é oferecer ao segmento de usuários de substâncias psicoativas em situação de maior vulnerabilidade a disponibilização de recursos para os cuidados básicos de saúde, atendendo-os em seus locais de permanência e encaminhando as demandas mais complexas para a rede de saúde. Nesse sentido, uma das suas funções é atuar como uma ponte para a população que está à margem do sistema de saúde e possibilitar sua inserção na rede	2012/Secretaria de Saúde do Distrito Federal	Nacional
<b>Cidade Acolhedora</b>	Orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de rua em todo o DF. O Serviço	2013/SEDEST	Distrital

	<p>Especializado de Abordagem Social possibilita à população em situação de rua os seguintes benefícios: reinserção familiar e no mercado de trabalho; retorno aos estados de origem; aumento no número de famílias e pessoas atendidas nos serviços de acolhimento; aceitação de tratamento de drogadição na rede de saúde pública e em instituições parceiras; diminuição significativa de pessoas usando o espaço público como moradia e/ou pontos de consumo de drogas; encaminhamento para a rede socioassistencial; acesso à documentação civil; inclusão no Cadastro para Programas Socais; acesso a benefícios de transferência de renda, entre outros</p>	
<p><b>Escola de Meninos e Meninas do Parque</b></p>	<p>Garantir o direito à escolarização de crianças, adolescentes, jovens e adultos que se encontram em situação de rua ou em instituições de acolhimento, proporcionando a reintegração escolar e a convivência familiar e comunitária dos estudantes por meio dos processos de ensino e de aprendizagem levando em consideração a história de cada um, suas possibilidades e limitações para o aprendizado, tendo em vista a Educação Integrada baseada nos Eixos Estruturantes: Educação para a diversidade,</p>	<p>1995/Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF</p> <p>Distrital</p>

<b>Albergue Conviver (Albercon)</b>	Cidadania e Educação em/ para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade.		
	O Albercon oferece lugar aos indivíduos que se encontram em situação de desabrigo, como vítimas de calamidades, migrantes que buscam no DF tratamento de saúde, trabalho, pessoas em situação de rua, entre outros.	1991/SEDEST	Distrital

*\*Todos os dados foram tirados das próprias Políticas e Portarias que implementam esses programas. Estão citados nas Referências Bibliográficas*

## ANEXO 2

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -TCLE

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *“Uma análise acerca da ampliação das Políticas Sociais para a População em Situação de Rua do Distrito Federal.”*, de responsabilidade de *Bárbara Xavier Esteves*, aluna de *graduação da Universidade de Brasília*. O objetivo da pesquisa é identificar quais são as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua que são ofertadas pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio da *técnica de entrevista com profissional de Serviço Social do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop)*. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para a discussão sobre a questão da população em situação de rua, e as políticas sociais voltadas para esse recorte populacional.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 8106-3071 ou pelo e-mail *babixavier1@gmail.com*.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da sistematização da pesquisa, que será apresentada como trabalho de conclusão do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, podendo ser publicado posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

---

Assinatura do(a) participante

---

Assinatura da pesquisadora

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

### ANEXO 3

#### Questionário para entrevista no Centro Pop

Perfil do profissional Sexo: Feminino ( ) Masculino ( ) Idade :
<input type="checkbox"/> Ano de conclusão da Graduação em Serviço Social? Qual instituição? Em que Cidade?
<input type="checkbox"/> Possui especialização / Pós-graduação? Qual? Em que área?
<input type="checkbox"/> Há quanto tempo trabalha/trabalhou na instituição?
<input type="checkbox"/> Desde quando o Centro Pop está em funcionamento?
<input type="checkbox"/> Como surgiu esse programa no DF ?
<input type="checkbox"/> Em que consiste o trabalho da Assistente social no centro pop no que se refere ao atendimento e à oferta de políticas públicas para a população em situação de rua?
<input type="checkbox"/> Como é o acolhimento e a rotina dos programas implementados no Centro pop? Há alguma articulação com programas de outras instituições?
<input type="checkbox"/> Como é o apoio do governo nessas políticas?
<input type="checkbox"/> Em sua opinião quais os limites e possibilidades na oferta e implementação dessas políticas?

Qual a sua percepção sobre essa prestação de serviço/políticas? Conseguem atingir bem o publico alvo?